



PORTUGAL DEMOCRÁTICO

NO XI — N.º 114 — S. PAULO, JANEIRO DE 1967 — REDAÇÃO: RUA CONSELHEIRO FURTADO, 191. — SALA 2 — CAIXA POSTAL — 6248

Canadianos denunciam às Nações Unidas a violação dos direitos do homem em Portugal

Representantes oficiais da Conferência Canadense pró-Anistia em Portugal estiveram na sede das Nações Unidas, onde se entrevistaram com vários delegados oficiais e protocolaram a entrega do documento assinado na Conferência, sobre a situação, por parte do governo de

Salazar, dos Direitos do Homem consignados na Carta daquele organismo. É o seguinte, em resumo, o texto do documento: depois de ter ouvido os relatórios da visita a Portugal dos deputados Andrew Brewin do Novo Partido Democrático e David Mac Donald, do Partido Conser-

vador, assim como os testemunhos dos drs. Rui Cabeçadas, Pedro Ramos de Almeida e Domingos Costa Gomes, ex-prisioneiros políticos portugueses, e do médico missionário canadense dr. Sidney Gilchrist, que passou muitos anos em Angola; depois de ter apreciado os relatórios

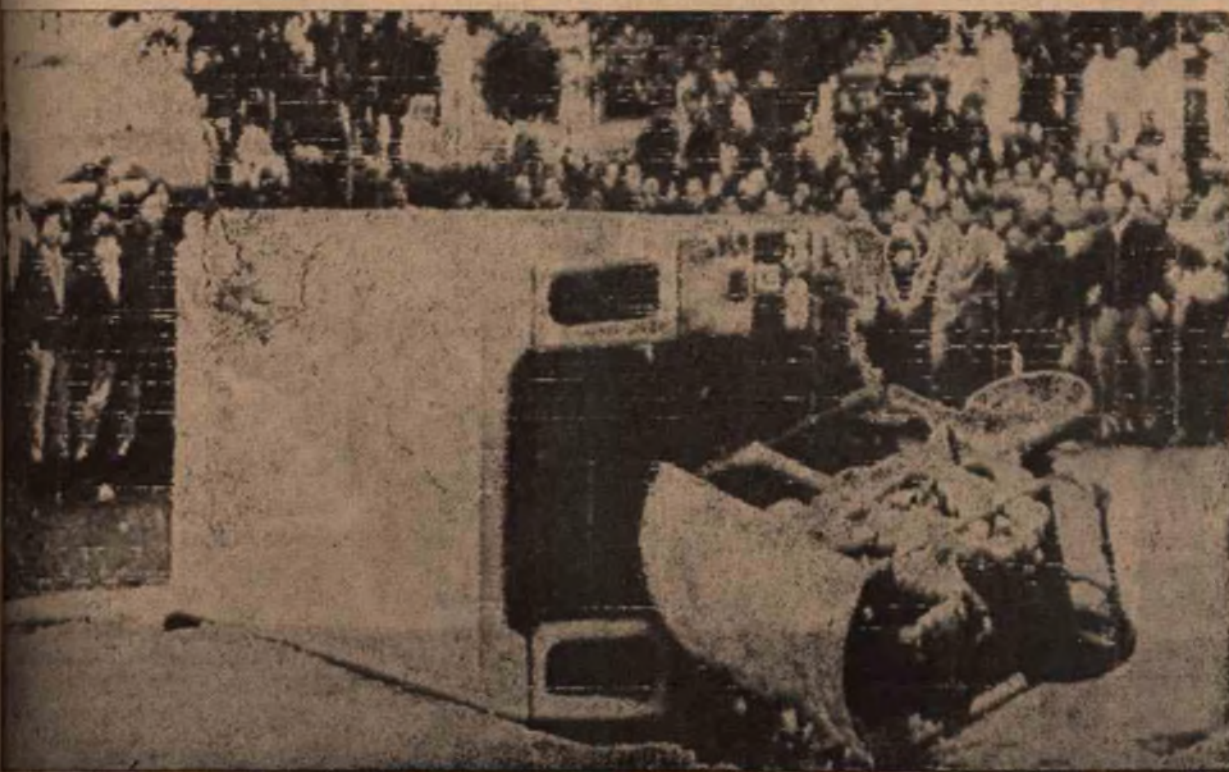
sobre a situação legal e jurídica dos prisioneiros políticos, sobre a falta de liberdades civis em Portugal e sobre a atuação dos tribunais e da polícia política, assim como sobre as condições de vida dos presos e de suas famílias a Conferência examinou provas evidentes e documentadas de várias autoridades como a Federação Internacional dos Direitos do Homem, a Associação Internacional dos Juristas Democráticos e a Anistia Internacional, tendo reconhecido, após o exame de todas estas provas e relatórios, que: — os direitos humanos, as liberdades individuais e as liberdades civis têm sido sistemática e totalmente violados e abolidos em Portugal nos últimos 40 anos. E isto à revelia da própria Constituição portuguesa, cujo artigo 8.º estabelece os direitos à vida e à integridade pessoal, ao trabalho, a liberdade e a inviolabilidade das convicções pessoais e das práticas religiosas, a liberdade de expressão de pensamento, sob qualquer forma, a liberdade de instrução ou ensino, a inviolabilidade de domicílio e de correspondência, a liberdade de escolha de profissão, a impossibilidade de privar alguém da liberdade pessoal ou de prender alguém sem acusação formal, a liberdade de assembleia e de associação. O parágrafo 2 do artigo 20 da mesma Constituição acrescenta: "Leis especiais regularão o exercício da liberdade de expressão de

pensamento, de instrução, de reunião e associação, de forma a impedir preventivamente ou repressivamente a perversão da opinião pública na sua função de força social e salvaguarda da integridade moral dos cidadãos..."

O que são estas leis especiais? O decreto lei 35.042 permite um período de investigação ou prisão preventiva nas mãos da Polícia Política por seis meses, sem que o acusado tenha conhecimento da acusação e sem possibilidades de recorrer a advogado. Os julgamentos verificar-se-ão num Tribunal Especial (Plenário). Não há assim — prossegue o documento entregue nas Nações Unidas — "oportunidade de um julgamento legal; não são permitidas entrevistas privadas com a defesa; podem ocorrer espancamentos na sala do tribunal; os advogados e as testemunhas de defesa arriscam-se a ser presos; as testemunhas de acusação são fornecidas pela polícia. Os poderes da PIDE são estabelecidos pelos Decretos Leis 37.447, 37.749, 40.550, que permitem à PIDE por meio das medidas de segurança manter preso por um período indefinido o indivíduo que considere "potencialmente perigoso". "Não há nenhum país no mundo, — afirma o documento — exceto Portugal, que preveja um tipo de prisão como este no seu estatuto legal". Existem decretos similares sobre a Censura (n.º 26.589), a liberdade de associação (lei 1901 e decreto lei 37.447). Em 1957 foi proibida em Portugal a Associação das Nações Unidas, embora Portugal seja membro da ONU. A Liga dos Direitos do Homem foi posta fora da Lei em Portugal.

A partir de 1926 — recorda o documento — não há partidos políticos nesse país, nem eleições livres. O direito à greve não é reconhecido pela Constituição e é mesmo considerado um crime passível de pena de 2 a 8 anos de prisão, além das medidas de segurança (decreto lei 23.870 de 1934). Em setembro de 1966, pelo decreto lei 47.216 estabeleceu-se o princípio da deportação dos prisioneiros políticos para campos de concentração nas colônias portuguesas, num dos

(cont. na pág. 7)



Uma imagem dos primeiros choques registrados em Macau entre a polícia fascista e estudantes e operários daquela cidade. Numerosos veículos, como o da gravura, foram derrubados e destruídos pelos manifestantes (ver pág. 3)

Setenta nações condenam Salazar

No dia 12 de Dezembro p. p., a Assembléa Geral da ONU aprovou por esmagadora maioria uma resolução que envolve uma nova e significativa condenação do colonialismo fascista português. De tão frequentes, tais condenações já se tornaram uma tradição no plenário da mais alta organização internacional. Desde julho de 1963 quando, pela primeira vez, o Conselho de Segurança se manifestou em termos precisos sobre o problema do colonialismo português, todos os anos, regularmente, tanto a Ass. mbléa Geral como o seu órgão executivo recomendam ao Governo de Lisboa que tome medidas para promover o acesso à independência dos territórios africanos e asiáticos sob seu domínio, instando-o a cessar imediatamente a política repressiva e de genocídio em curso.

Salazar, com a mesma regularidade, nega-se a atender esses apelos e ordena à sua imprensa que punha a ONU pelas ruas da amargura. Conhecedores da estratégia e da tática do fascismo, os democratas portugueses têm por sua vez exposto em vários memoriais endereçados a este organismo internacional o seu ponto de vista, insistindo em que somente a aplicação de sanções poderá abrir o caminho a uma solução dos problemas criados pela sobrevivência do colonialismo português e pela existência das guerras coloniais que são a sua consequência directa. Já em Abril do ano passado o CS, autorizando o bloqueio do porto da Beira, a fim de impedir o abastecimento da Rodésia em produtos petrolíferos, dera mostras de estar disposto, finalmente, a assumir uma atitude realista no combate ao colonialismo salazarista. Com a Resolução de 12 de Dezembro, foi agora dado novo passo em frente. Desta vez, estamos diante de uma proposta concreta: a Assembléa Geral pede ao Con-

selho de Segurança que adote sanções contra Portugal. É praticamente certo que o Conselho, dominado pelas grandes potências ocidentais, não dê seguimento à recomendação. Mas nem por isso o gesto da Assembléa pode deixar de ser encarado como uma primeira e importante vitória. Nada menos de 70 nações pronunciaram-se no plenário a favor da aplicação das sanções, o que há um ano seria inimaginável. Entre as 13 que votaram contra figuraram, como era de esperar, os Estados Unidos, a Inglaterra, a África do Sul, a Espanha e Portugal. Da América Latina, o Brasil foi o único país a votar ao lado do colonialismo português. A França absteve-se.

O texto aprovado recomenda o boicote do comércio com Portugal, o encerramento dos portos e aeroportos aos navios e aviões portugueses e a proibição da venda de armas ao governo de Lisboa. A vitória alcançada na Assembléa Geral, apesar de todos os esforços desenvolvidos pelos aliados de Salazar, surgiu como o corolário da Resolução de 5 de Dezembro da Comissão de Territórios não autônomos.

A reação de Lisboa foi a habitual: uma onda de insultos vomitada sobre a ONU. Causou particular indignação o apelo dirigido ao Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional para que cessem toda a ajuda técnica, económica e financeira a Portugal. Neste ponto, pode Salazar estar tranquilo. Os grandes monopólios e a banca internacional sustentarão o fascismo português até o fim. O Banco Mundial e o FMI são aliados naturais de Salazar, tal como os patriotas angolanos, moçambicanos e guineenses são aliados naturais do povo português.

PORTUGAL
DEMOCRÁTICO

Nesta edição

- ONTEM COM HITLER HOJE COM BONN pg. 4
- HOMENS OU CRIMINOSOS? pg. 5
- MENSAGEM DOS PRESOS DE PENICHE pg. 7
- NAÇÕES AFRICANAS PEDEM ESCLARECIMENTOS pg. 8
- ALEMÃES EM PORTUGAL pg. 8

AL
ICO
eres-
túma.
tando-
o dia-
men-
cia a
ite-se.
estes
ifesta-
posição,
ção da
China.
tinus-
nsecu-
el sal-
as au-
obre o
s fide-
lo me-
a a fi-
n feri-
um ho-
enso o
a e au-
do dia
odece-
ar-se e
as for-
pedras,
o a Po-
a ul-
mentos
que as-
mpor e
h orde-
ôdas as
riam os
esiden-
terado o
sial" de
avessou
rencias
China
capital
in. Ho-
de Co-
elho da
do Co-
ina Co-
a à úti-
se diri-
Palácio
erenci-
Colon-
bro de
pres dos
ineses e
Guarda
lo confi-
ercorrer
"Ta si
s Diabos
PORTUGAL, DEMOCRÁTICO
R. Cons. Furtado, 191 — SP, Brasil
Endereços de Assinantes

Rumo à vitória

EXPLORAÇÃO E GUERRA COLONIALISTAS

A tendência é para subir os preços do que se vende e baixar no que se compra. Só de 1958 para 1962, o preço unitário das importações das colônias desceu de 5,2 para 3,5 contos, ao passo que o das exportações para as colônias subiu de 6,5 para 9,8 contos. Se tomarmos 1953 como base (igual a 100), o índice dos preços unitários das importações das colônias foi em 1962 igual a 65 (um terço mais barato) e o das exportações igual a 161 (dois terços mais caro).

Todos estes preços são naturalmente preços médios no comércio externo, muito diferentes daqueles por que os povos coloniais vendem as matérias primas ou compram os produtos portugueses. Não significam por isso que sejam pagos ou recebidos pelos próprios povos das colônias. Na verdade, as mercadorias portuguesas exportadas para as colônias, para consumo dos povos respectivos, são aí vendidas depois de sucessivos acréscimos no preço pelos numerosos intermediários. "O vinho chega a Angola a 2\$50 o litro. Mas é vendido aos africanos a 8 escudos e mais".

Quanto às matérias primas de origem vegetal importadas das colônias ou as grandes companhias as produzem diretamente na base do trabalho escravo ou os agricultores autóctones são miseravelmente explorados pelas grandes companhias coloniais, forçados (com prejuízo da produção de alimentos para consumo próprio) a fazer plantações nas "zonas concessionárias" e a entregar as colheitas ao preço que as companhias determinam.

Para as minas e poços de petróleo, os trabalhadores são arrebanhados a chicote em verdadeiras levadas de escravos, em regime de trabalhos forçados, a que a Companhia dos Diamantes chama placidamente "contratos com a intervenção das autoridades". Na pesca as condições são tais que na descarga na Baía dos Tigres (Moçambiques) não há muito, 40 trabalhadores em cada 100 sucumbiam à violência do trabalho.

Saúde? Em Angola, o número de tuberculosos teria aumentado 10 vezes em 10 anos. Instrução? 99% dos africanos são analfabetos. Proteção à infância e às mulheres? É geral o trabalho das crianças de menos de 8 anos de idade, a prostituição compulsiva e a venda de mulheres. Desporto? As companhias mineiras organizam competições de "lançamentos de pá de terra".

Por cima de tudo isto vêm as autoridades com os impostos, vem o trabalho obrigatório nas obras públicas, vem a expropriação das melhores terras para os "colonatos", a pilhagem das riquezas, o aniquilamento das florestas, a exaustão das minas, vem a recusa de quaisquer direitos ao povo as discriminações de toda a ordem, os arbitrios, as brutalidades, os castigos corporais, o cárcere privado, os crimes. Explorar assim é nas palavras dos colonialistas "a maneira de ser português", a "obra amável" e "carinhosa" de que falam Marcelo Caetano e a Câmara Corporativa. Que admirar que os criminosos de guerra nazis-refugiados em Angola depois da derrota da Alemanha se contem hoje entre os maiores paladinos do colonialismo salazarista?

Quando, para cobrir um pouco aos olhos do mundo excessos demasiado escandalosos, foram tomadas certas medidas regulamentadoras dos crimes dos negreiros modernos, em S. Tomé por exemplo, logo estes habituados a reter pela força até à morte os trabalhadores moçambicanos e cabo-verdeanos, se insurgiram com o argumento de que tais medidas "contrariam a liberdade de trabalho e a liberdade contratual". Quando temporariamente, foi fixado em seis meses o tempo de contrato, logo os negreiros se insurgiram dizendo que seis meses é prazo "relativamente curto para "civilizar" o indígena" (D. Notícias, 28-5-51. As aspás na palavra civilizar são do articulista). Quando uma portaria, procurando mostrar o interesse do governo pelos trabalhadores africanos, estabeleceu tabelas alimentares, logo os negreiros protestaram considerando o "respectivo teor em colorias manifestamente exagerado com prejuízo do equilíbrio dietético. (Jornal do Comércio, 22-6-57). E o governo dos negreiros diz aos negreiros: "Tontos! Pois não vedes que tudo isto é fachada?"

Com a exploração desenfreada dos povos coloniais, as grandes companhias alcançam lucros fabulosos, asseguram aos patrões vida e gastos de nababos, acumulam, duplicam e triplicam o capital em poucos anos, lançam-se em novos empreendimentos.

A Companhia dos Diamantes de Angola por exemplo, cujo capital nominal é de 294 mil contos anunciou em 1962 um lucro bruto de 255 mil contos e lucros líquidos de 74 mil contos, além de 143 mil contos de dividendos! No conjunto as sociedades coloniais confessam lucros líquidos de cerca de 20%, o que é apenas uma parte dos lucros reais, pois, antes do apuramento dos lucros líquidos, muitas sociedades deduzem fundos, dividem gratificações e muitas coisas mais. Os colonialistas gastam fortunas em consumo pessoal e acumulam capitais. O capital nominal dos bancos de Angola e Ultramarino é de 400 mil contos: calculado pelas cotações da Bolsa, sobe a mais de 1 milhão e meio de contos. Dez das maiores companhias coloniais, apesar do consumo da mais valia nas colônias, apesar do que é gasto pelos capitalistas, apesar da acumulação noutras empresas, apesar de terem enormes quantias em depósito de bancos, quase quadruplicaram o seu capital nominal desde o fim da Segunda Guerra Mundial até o início da insurreição angolana, em 1961.

A política colonial dos governos fascistas, como governo dos monopólios associados ao imperialismo estrangeiro, resume-se em assegurar com o peso da máquina burocrática e militar esta infame exploração dos povos coloniais. Muitos dos mais destacados homens do regime, como acionistas de grandes companhias, vivem em larga medida da escravatura e da miséria espantosa dos povos coloniais. São negreiros e traficantes de escravos dos tempos modernos. Na sua boca, "Defesa da integridade da Pátria" é defesa da integridade dos seus lucros do seu bem estar material, dos seus prazeres, assentes nos sofrimentos, torturas e massacres dos povos coloniais. Isto não é grandeza da Pátria, mas veronha de fazer corar qualquer português que não lute para pôr termo a tal estado de coisas.

Para manter a exploração e a opressão colonial, os salazaristas conduzem hoje guerras em Angola e Guiné e preparam-se para desencadear guerras semelhantes em Moçambique, Cabo Verde e Timor.

O povo português está pagando muito caro uma tal política. A juventude portuguesa é lançada em guerras injustas, coagida e incitada a

monstruosas atrocidades contra os povos africanos. Muitos jovens portugueses caem assim sem glória e outros regressam pervertidos por tudo a quanto assistiram e a quanto os obrigaram.

Para cobrir as despesas de guerra, o governo faz intensificar a exploração dos trabalhadores, decreta novos descontos nos salários e horas extraordinárias, aumenta impostos e taxas, provoca a subida dos preços e o agravamento do custo de vida. Isto é, para subsidiar a máquina militar que defende os capitais e os lucros dos grandes grupos monopolistas o governo fascista impõe novos sacrifícios, novas restrições, novas dificuldades económicas às camadas laboriosas da população portuguesa.

Os fascistas, ao desencadear a guerra contra o povo de Angola declararam que poriam rapidamente termo à insurreição. Alguns meses depois declararam terem reconquistado todo o território de Angola e terem expulsado os nacionalistas para além fronteiras. Em 8 de outubro de 1961, o governador geral de Angola num comunicado oficial declarava: "A guerra de Angola terminou". É certo que, lançando contra camponeses africanos empunhando armas rudimentares, dezenas de milhares de soldados cuidadosamente treinados, armados com armas modernas e apoiados pela aviação, os colonialistas obtiveram alguns êxitos iniciais. Mas conseguiram eles abajar e liquidar a insurreição como afirmaram? Não, não conseguiram, nem conseguirão. Eles próprios são obrigados a anunciar combates e baixas, e a inventar a cada passo "desastres" e "acidentes" para explicarem como morrem os militares.

Ainda não há muito Salazar se gabava: "Temos poderosas forças em África capazes de assestar dois golpes por cada golpe que nos desfiram". Mas na Guiné os salazaristas têm de confessar que perderam o controle de grande parte do território e em Angola dois anos depois de se ter anunciado o termo da guerra, esta continua. O povo português conhece já o que significam as fanfarrônicas de Salazar e da sua camarilha. Ainda não foi esquecido o que se passou na Índia. Quando a decisão do tribunal de Haia reconheceu no fundamental razão à União Indiana, dando-lhe cobertura jurídica para uma ação posterior, os salazaristas, falsificando os fatos, cantaram vitória, como se lhes estivesse desde então, não só garantida a posse de Goa, Damão e Diu, como aberto o caminho para a reconquista de Dadrá, e Nagar Aveli. Depois, como as coisas não se apresentassem tão simples, concentraram tropas, prepararam-se para uma luta desesperada e afirmaram que Portugal manterá todos os seus territórios com todos os seus filhos vivos ou mortos" (Ministro do Interior Arnaldo Schultz, Século 30-11-60). Nas vésperas da ação militar indiana, Salazar pessoalmente deu ordem às tropas para resistirem até o último homem, repetindo as joanhas dos homens de Quinhentos... O "Diário da Manhã" de 30 de dezembro de 1961 de lado a lado da página e em tipo gigantesco, gabava 1.018 baixas nas operações, querendo com isso insinuar uma resistência heróica segundo as ordens pessoais de Salazar, cujo fim (como haveria de insinuar o Ministro da Defesa ano e meio mais tarde) era ganhar tempo e conseguir com o abalo produzido no mundo pelo ataque, a intervenção dos americanos e ingleses.

E depois? Nem militarmente as ordens de Salazar eram mais que tontices e inépcias, nem os soldados e oficiais portugueses lhe fizeram a vontade. O jogo colonial português terminou na Índia praticamente sem combate. O corpo expedicionário salazarista caiu inteiro nas mãos das tropas indianas. Salazar processou e demitiu o comandante chefe das suas tropas e uma série de oficiais, mas com isso não limpou a sua responsabilidade, antes evidenciou a sua derrota.

Se a guerra em Angola e na Guiné não tem tido um desenvolvimento mais desastroso para os colonialistas isso deve-se às dificuldades criadas aos movimentos nacionalistas das colônias portuguesas nos estados vizinhos ao auxílio condicionado e limitado que lhes é dado, às influências e intrigas das potências imperialistas, especialmente dos Estados Unidos a divisões existentes entre as forças nacionalistas. Os salazaristas queixam-se do Congo, dos Estados Unidos e de outros. Mas, se não fosse a intervenção direta e indireta dos Estados Unidos e a política reacionária do governo do Congo, já há muito as tropas colonialistas teriam sofrido derrotas clamorosas em Angola.

É evidente que os Estados Unidos na questão colonial não estão jogando em pleno na política de Salazar. Fazem um jogo duplo. Por um lado ajudam Salazar, dão-lhe no quadro da OTAN armas e munições para a guerra colonial, facilitam-lhe recursos financeiros através de empréstimos e investimentos, dão-lhe apoio político e diplomático. Por outro lado, procuram infiltrar nos movimentos nacionalistas, procuram isolar e se possível liquidar as forças mais progressivas e politicamente mais experientes, e dizendo ajudar, mantêm, intrigam, corrompem, utilizam a influência de agentes seus em alguns governos africanos e pretendem assegurar através de Tchombés potências a docilidade de governos submissos, uma vez que as atuais colônias portuguesas alcancem uma independência formal. Assim procuram os Estados Unidos, como principal, baluarte do colonialismo atual, ir explorando os povos das colônias portuguesas com Salazar e os colonialistas portugueses, e criar ao mesmo tempo condições para os continuar explorando logo que o colonialismo português tenha que abandonar a sua presa.

Uma tal política tem resultados contraditórios. Por um lado acentua o isolamento internacional de Salazar, submete este a pressões diplomáticas, inspira dissidências e divisões no campo fascista. Por outro lado, visa entrar e está já de certa forma entrando o imediato desenvolvimento das guerras de libertação, sobretudo em Angola, e favorece assim temporariamente a posição dos exércitos de Salazar.

A evolução da situação militar depende entretanto de muitos outros fatores, além de manobras do neo-colonialismo. Depende dos auxílios diversos que recebem os nacionalistas. Depende da evolução da situação política dos estados africanos em geral e dos estados vizinhos das colônias portuguesas em particular. Depende da evolução da situação mundial. E depende em larga medida da capacidade dos dirigentes e das organizações nacionalistas para unirem todos quantos lutam sinceramente pela independência, e para prosseguirem intrêpidamente a luta, livrando-se das influências e intrigas dos imperialistas e neo-colonialistas.

Salazar
na Imprensa
MundialAS GUERRAS ESQUECIDAS
DE PORTUGAL

Uma centena de personalidades portuguesas, entre as quais está um coronel ex-ministro pediram ao presidente Américo Tomaz a demissão do primeiro-ministro Oliveira Salazar. A iniciativa não parece vinculada à oposição política consentida, cujos gestos se limitam a condecorações retóricas ao homem que há 46 anos detém o controle absoluto de Portugal.

Como presidente, o almirante Américo Tomaz tem, teoricamente, poderes para demitir o primeiro-ministro. Embora saibam que, na prática, a situação é outra, os portugueses que se levantam agora contra Salazar possivelmente se consideram em posição de fortalecer a autoridade presidencial.

As guerras coloniais quase esquecidas, nas quais Portugal está há seis anos envolvido, na África, começam a violentar o monolitismo da classe dirigente portuguesa. A inflação e os novos impostos exigidos por uma luta que se transforma em sorvedouro insaciável de escudos, já irritam mesmo a elite de Lisboa produzida pelo salazarismo. Portugal gasta, hoje, 45 por cento de seu orçamento em defesa: 100 mil homens foram deslocados, até agora, para as frentes de combates a guerrilheiros, que se ampliam em Angola, Guiné e Moçambique:

1. Em Angola, foi aberta uma terceira frente com pontos de infiltração na fronteira com Zâmbia. O general Gomes de Araújo, ministro da Defesa de Portugal, anunciou há pouco o envio de mais tropas e mais artilharia para a região dessa terceira frente. As duas outras frentes são do Norte, junto ao Congo e Belga, onde grupos nacionalistas angolanos se reuniram, finalmente, num governo provisório, e no enclave de Cabinda, na boca do rio Congo. Com o agravamento da situação, o governo português nomeou um militar com experiência de ação anti-guerrilha, coronel Camilo Vaz, governador de Angola.

2. Em Moçambique, a visita recente do ministro da Defesa português coincidiu com nova ofensiva rebelde, durante a qual morreram oito soldados portugueses. A profundidade da luta armada, em Moçambique, pode ser avaliada pelo número de soldados que Lisboa já deslocou para a sua colônia nas praias africanas do Índico: 40 mil.

3. Na Guiné, os nacionalistas de Amílcar Cabral ocuparam, há pouco, o lado Norte do rio Mansão, levantando acampamento a 40 quilômetros de Bissau, capital da Colônia. A Leste da Guiné, onde foram destruídos em ação recente 16 campos de reagrupamento de nativos construídos pelos portugueses, as tropas de Lisboa perderam toda a capacidade de iniciativa.

Os insucessos em combate inquietam os militares, de cuja fidelidade Salazar pode servir-se tranquilamente, até hoje. Mais de 1.000 soldados portugueses foram mortos desde o começo do ano na conflagrada região de Carmona, no Norte de Angola. Prevê-se, há já algum tempo, que a frustração dos militares portugueses não tardaria em cair sobre Salazar.

Na elite civil, a frustração é provocada por encargos crescentes, que cada vez mais corroem fortunas. O novo "imposto de transação" será aumentado de 13 por cento. A classe média, já sacrificada pelo imobilismo econômico, sente agora um

(Continua na página 8)

Notas e comentários

O NOVO CÓDIGO CIVIL FASCISTA

O fascismo prepara-se para lançar um novo Código Civil. O projecto divulgado — e não é de crer que venha a sofrer modificações sensíveis — é uma verdadeira monstruosidade. Espelho do regime, inscrevem-se nas linhas mestras do pensamento fascista.

No domínio das leis, o futuro Código traduz e acentua o caráter anti-democrático do regime e a sua submissão aos interesses dos grandes monopolistas. Não é a lei do respeito à propriedade que sanciona: é a lei do respeito pela grande propriedade capitalista. A pequena e a média propriedade, essas estão sujeitas ao rigor inexorável da legislação fascista. Como era de esperar, o foro e outros privilégios feudais são mantidos pelo projecto.

No que se refere ao problema da habitação, cada vez mais crucial, fica bastante agravada a situação da classe operária e das massas trabalhadoras em geral. As condições de despejo são facilitadas pelos motivos mais ínfimos e a autorização para actualizações de 5 em 5 anos abre a porta para um constante aumento das rendas.

A posição de inferioridade da mulher na sociedade é mantida. Nem outra coisa era de esperar do legislador fascista. Na apresentação sobre do monstrengo, o ministro da Justiça expressou o pensamento oficial a esse respeito, afirmando que a igualdade da mulher "acabaria por destruir a necessária unidade da família, além de esboçar a profunda desigualdade natural dos dois sexos, que está na base da união matrimonial.

Embora a Ordem dos Advogados não se tenha atrevido a assumir uma posição de hostilidade em relação a tão lamentável amostra da ciência jurídica fascista, a oposição entre os advogados é muito forte contando-se por dezenas os cultores do Direito que manifestaram já publicamente a sua incompatibilidade com um Código Civil redigido e debatido no silêncio dos gabinetes do regime, sem participação dos juristas autênticos, das forças democráticas e do povo.

O ENCERRAMENTO DA "MINOTAURO"

Temos presente a nota oficial fascista: "Foi mandada

aplicar à Editorial Minotauro a pena de encerramento definitivo, prevista no artigo 3.º do Decreto Lei n. 33.015, de 30 de Agosto de 1943. Esta pena foi aplicada aquela empresa por ter editado um volume com graves implicações prejudiciais à defesa dos fins superiores do Estado e nomeadamente ofensivo do prestígio das Forças Armadas que neste momento se batem, numa guerra que nos é imposta, em defesa da integridade nacional."

Foi essa a linguagem elíptica, pomposa, ridícula, hipócrita que o governo utilizou para informar o País do encerramento da Editorial responsável pelo lançamento da peça "A Guerra Santa", de Sítiau Monteiro, uma sátira sobre a criminosa guerra colonial. O autor está longe de ser um político militante: é apenas um intelectual de olhos abertos à realidade e que se rebela contra a mentira e a estupidez fascistas. E para mágoa de Salazar, numa demonstração de que a adesão ao regime não é hereditária, é filho do falecido ministro Armindo Monteiro, que foi titular do Ministério dos Negócios Estrangeiros e embaixador em Londres.

Resta acrescentar que a PIDE agiu com a brutalidade habitual. Não se limitou a prender o autor do livro que atentava contra os "fins superiores do Estado". Fichou a editorial e confiscou todos os livros que encontrou nos seus depósitos, matando assim vários coelhos de uma só cajadada, pois os escritores atingidos são muitos, elevando-se os seus prejuízos e os dos proprietários a milhares de contos.

É deste modo que Salazar resolve os problemas da cultura em Portugal. O encerramento da "Minotauro" é um belo exemplo das excelências da "política do espírito".

MACAU: ATÉ QUANDO?

Algo inesperadamente, a menor das colónias portuguesas, Macau, viu-se, de um dia para o outro, transformada em assunto palpitante para as agências noticiosas internacionais. Pelos telegramas publicados em nossa última edição, puderam os leitores tomar conhecimento dos fatos, cuja origem remonta ao choque verificado no dia 15 de novembro entre a polícia salazarista e um grupo de estudantes e operários. Resta agora tirar as conclusões implícitas dos acontecimentos.

Macau é um absurdo. Um absurdo que se descreve, mas dificilmente se explica. Nem sequer os mais insuspeitos defensores do colonialismo aceitam sem reservas o seu status peculiaríssimo. É uma cidade de vício, de jogo e de contrabando. Até o famoso e inescrupuloso Ian Fleming, criador do famigerado 007 lhe dedicou umas páginas de pesada ironia, apontando-a como um dos lugares mais apodrecidos do mundo.

Ninguém desconhece que a ficção de "província portuguesa" só ali se mantém devido a um acordo tácito de Salazar com as autoridades da República popular da China. Aconteceu, porém, o imprevisto. Por motivos que não cabe aqui analisar, a juventude de Macau, indiferente às conveniências do fascismo português e às opções dos dirigentes do grande país vizinho, entrou semanas atrás, em choque frontal com o aparelho policial salazarista. E, para surpresa de muita gente, os operários e estudantes de Macau, embora sem apoio de nenhuma espécie, utilizando armas de ocasião — pedras e paus — conseguiram desorganizar, primeiro, e esmagar e ridicularizar, depois, o dispositivo de repressão salazarista, formado por mil homens bem armados. Quando o próprio palácio da Câmara Municipal foi assaltado, destruídos os seus arquivos e atirados móveis pelas janelas, passou a verificar-se uma situação de facto em que a autoridade colonial cessara praticamente de existir como poder real. Pelo noticiário das agências internacionais sabe-se agora que foi a intervenção das autoridades da República da China, representadas pelos seus porta-vozes em Macau, que impediu a abolição pura e simples do status colonial, quando o domínio da cidade pelos elementos rebeldes era completo. O acordo posteriormente assinado constitui aliás — através das cláusulas humilhantes impostas ao governador salazarista — uma prova cabal de que o restabelecimento da "soberania" portuguesa é uma concessão. Além das desculpas que o proconsul teve de apresentar pelas brutalidades da sua polícia, comprometeu-se ainda a que a mesma não voltaria a fazer uso nem de armas de fogo nem de cassetetes, sendo os últimos destruídos... Estamos como se vê no campo da farsa.

Os problemas internos do grande povo chinês merecem todo o nosso respeito. Não desconhecemos que os governantes chineses enfrentam neste momento uma situação de grande delicadeza e de difícil solução. Isso não justifica, entretanto, que, no caso de

Macau, o colonialismo português se veja salvo, *in extremis* pelas próprias autoridades de Pequim. Oito jovens de Macau morreram abatidos pela polícia de Salazar; mais de trinta foram feridos. Para eles vai todo o nosso respeito e ad-

miração. Em qualquer ponto das colónias, de Cabo Verde a Timor, todos os que lutam contra o colonialismo salazarista são aliados naturais do povo português. Macau não constitui uma excepção à regra.

Colonialismo e Anti-colonialismo

ANGOLA

MÁRIO DE ANDRADE NA ONU

Em representação da Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias portuguesas (CONCP) Mário de Andrade, do Movimento Popular de Libertação de Angola, acusou perante as Nações Unidas os Estados Unidos e a República Federal Alemã de fornecerem a Salazar armas que são utilizadas contra os patriotas africanos que lutam pela independência de Angola, de Moçambique e da Guiné-Bissau.

Mário de Andrade historiou a evolução da guerra colonial e, analisando de modo particular as vitórias alcançadas pelo povo da Guiné, lembrou que nas zonas daquela colónia já libertadas o PAIGC abriu escolas e hospitais, desenvolveu a agricultura e criou instituições democráticas à escala municipal e provincial.

Marrocos, a República da Guiné e a República Democrática do Congo pediram à Mesa da Assembleia Geral que as declarações de Mário de Andrade fossem aceites como documento das Nações Unidas, e distribuídas a todas as delegações.

GUINÉ

OPERAÇÕES MILITARES

Em Novembro reinou intensa atividade militar, registrando-se numerosos choques entre as forças colonialistas portuguesas e os guerrilheiros e as tropas regulares do PAIGC.

Em Flanquecibe, um acampamento guineense foi atacado sem êxito, tendo as forças portuguesas sofrido importantes baixas. Um golpe de comando contra a Vila de Blanquifa permitiu ao PAIGC destruir instalações militares e apreender considerável material de guerra.

MOÇAMBIQUE

CONDENAÇÃO DE INTELLECTUAIS

Depois de terem sido absolvidos por um tribunal militar, no mês de Março — decisão esta anulada em Junho pelo Governo de Lisboa — um grupo de sete intelectuais moçambicanos acaba de ser condenado por um novo Tribunal Militar, com um júri especialmente nomeado pelo governador geral de Moçambique, general Costa Almeida.

Entre os detidos, figuram os poetas José Craveirinha e Rui Nogar e o pintor Malangatana Gowenha Valente. Seis dentre eles foram condenados a dois anos e meio de prisão. José Craveirinha recebeu a pena de dois anos e meio de prisão, perda de direitos políticos durante quinze anos e ainda as medidas de segurança, renováveis de três em três anos. Isto significa que, por decisão da PIDE sancionada pelo Governador Geral, poderá continuar indefinidamente na prisão.

Pela primeira vez, neste Tribunal Militar, e segundo as instruções recebidas de Lisboa, a PIDE de Moçambique não foi obrigada a provar a evidência de suas acusações.

Os outros acusados são: o jorna-

ne, Abner Sansão Mutemba, Julio Sigauke e Armando Mutane. lista André Magaia, André Uchoa-

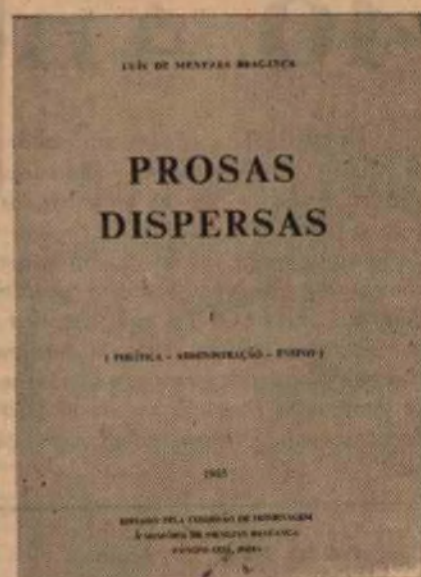
A MORTE DE LIDER NACIONALISTA

Philippe Magaia, um dos mais importantes líderes da FRELIMO foi morto durante um encontro, no norte de Moçambique, entre o exército português e as forças de libertação nacionalistas. A sua morte foi confirmada por elementos da FRELIMO.

Philippe Magaia, de vinte e nove anos de idade, tinha sido prisioneiro em Lourenço Marques em 1960 e 1961. Condenado por um Tribunal Militar, conseguiu fugir e refugiou-se em Dar Es Salam (Tanzania), entrando para o comité central da FRELIMO. Em 1964, tinha sido enviado em missão a Argel e ao Cairo.

HOMENAGEM A UM PATRIOTA

Luiz de Menezes Bragança foi um dos maiores goeses deste século. Toda a sua existência foi consagrada à luta pela liberdade e pela democracia. Foi em Goa o grande adversário da Monarquia retrógrada, como mais tarde o foi do colonialismo fascista. Fraternal amigo do povo português, soube sempre



distinguir a nação portuguesa dos seus opressores. No momento em que Goa, os seus compatriotas lhe recordam a obra e o nome, "Portugal Democrático" associa-se às homenagens — expressas na publicação de uma coletânea de trabalhos do grande patriota — ao eminente filho de Chandor.

RÁDIO VOZ DA LIBERDADE

Ouçã a emissora da Frente Patriótica de Libertação Nacional às quartas e sábados, a partir das 01.15 (hora de Portugal) em ondas curtas de 25 31 e 49 metros e médias de 230 e 320 metros.

UMA EMISSORA A SERVIÇO DO POVO PORTUGUÊS

Ontem com Hitler, hoje com Bonn - 1 O CALINO REDI VIVO

Francisco Vidal

Terminada a guerra de 39-45 com o esmagamento da coligação fascista, Salazar, temeroso da reação das democracias ocidentais tratou de fazer esquecer a sua colaboração com Hitler e Mussolini. Os arquivos oficiais foram cuidadosamente revolidos e houve instruções especiais para que fossem destruídas todas as provas da aliança tática que existira entre o III Reich e o fascismo português. O que Salazar não pôde, entretanto, foi eliminar as provas existentes nos arquivos alemães. Boa parte da correspondência trocada sobre assuntos de grande importância entre as autoridades fascistas portuguesas e alemãs durante a guerra foi agora trazida a público.

Sob o título "Ontem com Hitler Hoje com Bonn", uma recolha desses documentos secretos nazis corre presentemente Portugal de mão em mão, em edição clandestina. O folheto a que nos reportamos abre com uma elucidativa introdução sobre as íntimas relações que hoje ligam os governos de Salazar e da República da Alemanha.

Considerando a importância histórica do assunto e a circunstância de a aliança Lisboa-Bonn lhe conferir uma nova atualidade, "Portugal Democrático" inicia neste número a publicação das passagens mais significativas do folheto em questão.

INTRODUÇÃO

Após quarenta anos de despótico domínio fascista sobre Portugal, Salazar liga-se cada vez mais estreitamente aos círculos reacionários de todo o mundo, tentando assim encontrar o auxílio de que tanto necessita para resistir ao movimento democrático nacional e para manter as guerras coloniais de Angola, Guiné e Moçambique; desta política salazarista resulta a submissão dos in-

teresses nacionais aos interesses do imperialismo estrangeiro.

Nos primeiros lugares dos sustentáculos internacionais do regime salazarista deve-se destacar a República Federal da Alemanha.

Não são coisa nova as ligações entre o regime português e a reação alemã. Durante a guerra de Espanha, Hitler e Salazar, juntamente com Mussolini colaboraram estreitamente para tornarem possível a vitória aos rebeldes franquistas. Durante a segunda guerra mundial, o governo português, embora mantendo oficialmente uma pseudo-neutralidade, colaborou intimamente com o hitlerismo, apesar dos grandes movimentos de protesto do povo português de 1939 a 1945.

Vencida a Alemanha hitleriana, enquanto uma parte da Alemanha — a atual República Democrática Alemã — se libertava definitivamente do espectro do nazismo e iniciava a construção do socialismo, a zona ocupada por americanos, ingleses e franceses ficou sob a direção da grande burguesia monopolista que, com a ajuda ocidental, fez da República Federal da Alemanha uma nova ameaça para a paz e segurança internacionais.

É pois, oportuno e necessário, proceder uma vez mais, ao desmascaramento da colaboração existente durante a segunda guerra mundial entre os fascistas salazaristas e o objecto regime nazi. Os documentos dos arquivos secretos da Alemanha nazi (telegramas, relatórios, atas...) que se apresentam a seguir constituem provas irrefutáveis dessa colaboração e servem para de novo alertar o povo e as forças democráticas portuguesas contra a crescente cooperação entre o governo de Salazar e o regime revanchista, imperialista e racista da Alemanha Ocidental.

As relações econômicas, militares e diplomáticas entre o regime sala-

zarista e os imperialistas e militaristas alemães nasceram logo que Hitler subiu ao poder em 1933. Mas foi no período 1939-45, como veremos nos documentos apresentados, que elas mais se estreitaram e reforçaram. Com a derrota de Hitler e a ocupação da Alemanha pelas forças aliadas, houve uma temporária queda nessas relações. Mas logo a partir de 1950 a situação começou de novo a "normalizar-se" e hoje o regime salazarista e o atual regime oeste-alemão mantêm íntimos contactos, dos quais resulta uma submissão crescente dos interesses nacionais de Portugal aos interesses imperialistas da República Federal da Alemanha.

NO CAMPO ECONÓMICO

O acréscimo das relações comerciais entre os dois países (em 1962 16% das importações totais portuguesas provieram da Alemanha Federal) foi acompanhado da importação de vultosos capitais de origem alemã, sob a forma de empréstimos, financiamentos e investimentos.

O banqueiro Hermann Josef Abs, o homem mais influente dos monopólios da Alemanha Ocidental, "visitou" Portugal por duas vezes — Novembro de 1963 e Maio de 1965. — Os pretextos das viagens foram inofensivas conferências econômicas, mas na realidade importantes reuniões se desenrolaram; acompanhado dos seus colaboradores, dirigentes de diversos setores da economia alemã, Abs encontrou-se com ministros e banqueiros e conferenciou largamente com Salazar.

Quer ao nível oficial, quer no campo privado, Abs é o fulcro da colaboração econômica e política entre Salazar e Bonn.

Abs ocupa atualmente, entre 50 outros conselhos de administração que domina, o cargo de presidente (cont. na pág. 7)

O Sr. Salazar, depois de algum tempo de prudente mutismo, botou fala, desta vez concedendo uma entrevista ao Figaro, de Paris, através a qual — informam-nos algumas agências — opinou sobre a situação africana, sobre a crise da ONU, sobre a política dos Estados Unidos na Europa, na África e na Ásia, sobre as relações luso-britânicas e sobre os últimos acordos firmados entre Portugal e o Brasil. Não temos o texto original da falação do insigne Calino, pois — que injustiça... — não se dignaram as grandes agências internacionais de notícias dar à mesma a importância que o seu autor inegavelmente acredita que tenha; por isso não sabemos, pela insuficiência da informação, se o Sr. Salazar também opinou sobre a pesca do bacalhau na Terra Nova e acerca do ambidextrismo do elefante africano. Sabemos no entanto as sandices que pronunciou, com a sua habitual leviandade e com a sem vergonha dos ignorantes, sobre alguns dos assuntos versados, nomeadamente no que se refere às relações com o Brasil.

Antes de tudo, apenas como parêntesis, queremos exaltar a personalidade do jornalista entrevistador, que certamente se viu "em palpos de aranha" ao verter para o francês as palavras do entrevistado, ditas por certo como habitualmente naquele "vernáculo" sui-gêneris do ditador, com pronúncia santacombadense, sem desprimor para todos quantos a possuem, mas que até a nós custa a compreender...

Posto isto vejamos o que disse o insigne Calino acerca das relações com o Brasil, ponto número um da sua verborrêia, é claro "et pour cause", como é claro "et pour cause" largamente difundida por certos órgãos da imprensa do lado de cá do

Atlântico, até porque publicidade é publicidade e o dinheiro custa muito a ganhar, sobretudo nestes tempos de vacas magras.

Lemos atentamente e não ficamos admirados com a estupidez dos conceitos apenas por já estarmos acostumados há muito — vai para quarenta anos — a ler as baboseiras do seu autor. Além dos habituais lugares comuns, como a afirmação de que o Tratado Luso-Brasileiro tem existido até o presente apenas no campo sentimental, coisa de que ninguém tinha ciência e que ficamos agora sabendo por obra e graça da onisciência do ditador, diz o homenzinho que o mesmo — o Tratado pode exercer no conjunto da América Latina uma influência benéfica e decisiva, sem felizmente nos dizer de que maneira, o que é de certo modo um alívio para nós, mas acrescentando — que clarividência... — que se trata de um "conjunto onde os americanos têm muitos interesses" (sic).

Abriu depois as comportas da sua eloquência de campanário o Sr. Salazar devaneia largamente pelo campo da fantasia (desculpem a redundância), procurando, com a sua verborrêia, atrair o Brasil para o campo da política colonial que ele vem praticando, ao acenar com os mercados africanos das colônias portuguesas, sem sequer pensar, o pobre, que estes mercados, uma vez livres das injunções impostas pelo colonialismo, serão indiscutivelmente muito mais interessantes para o Brasil, que está é claro, muito mais interessado na independência das mesmas que em auxiliar Portugal a manter o statu quo.

Uma outra pergunta feita pelo repórter, aliás muito interessante e que, por falta de malícia não queremos atribuir à própria malícia do entrevistador, é a que se refere ao que será de Portugal quando o ditador morrer. Esta pergunta, se fosse feita aos portugueses que por lá penam na nossa pobre Pátria, falo-las decerto sorrir — coisa que raramente acontece — e responder que haverá então a felicidade geral, além das festas sem fim que se realizarão para celebrar a morte daquele que tanto os tem sacrificado. Lamentavelmente a pergunta foi endereçada ao Sr. Salazar, que modestamente rejeitou a assertiva do seu poder pessoal, atribuindo à sua pessoa apenas uma discreta influência no todo da organização que montou para desmantelar Portugal. Assim, segundo ele, tudo continuará na mesma, apesar da sua falta, o que, dadas as circunstâncias, não deixa de representar já uma réstia de felicidade a iluminar-nos o futuro, pois pelo menos estaremos livres do tirano, o que, não sendo tudo, é já muita coisa.

E sobre a ONU? Que disse o senil ditador? Leia e deliciem-se: apenas que lá nem todos estão de acordo, coisa que todos nós ignorávamos. Tão habituado está o Sr. Salazar a que todos em Portugal lhe prestem vassalagem, a que todos o brem a cerviz à sua passagem e aos dislates que pronuncia e que os seus "tonton macoué" o aplaudem constantemente à espera que ele lhes atire uma cõeia de pão, aliás roubado aos pobres, que vê no desacôrdo reinante na ONU, desacôrdo normal em qualquer organização que seja regida por normas democráticas, um mal! E diz que a presença de Portugal na organização se verifica "mais pelo respeito do que deve a si próprio do que pela fé na mesma"... Que beleza de conceitos! Como diria o nosso patricio de boteco: "raios o partam"...

40 Anos de Salazarismo

Reproduzimos abaixo um quadro comparativo publicado pela insuspeita revista norte-americana "Industrial World" em sua edição de maio de 1966. Mais do que as palavras, os números que se seguem esclarecem bem o verdadeiro caráter do regime salazarista e os resultados de 40 anos de administração fascista. Entre um largo número de países de diversos continentes, Portugal ocupa o penúltimo lugar em renda per capita: 330 dólares. Apenas a Turquia lhe fica atrás. A Espanha e a Grécia, países que juntamente com Portugal costumam ser apontados como exemplos de atraso social e retrocesso econômico na Europa, apresentam índices de renda per capita respectivamente de 570 e 520 dólares, isto é, quase o dobro do nosso país. Outro índice significativo para se avaliar o nível de vida

do povo é dado pelo consumo de eletricidade por habitante. Com 450 kw anuais per capita, estamos ligeiramente à frente da Grécia mas muito à quem da Espanha, que com 720 kw ocupa ainda uma posição vergonhosa face ao resto do continente europeu.

O último lugar em renda per capita na Europa, e o penúltimo em consumo de eletricidade, eis a situação a que o fascismo reduziu Portugal e a credencial do regime para a sua pretensão de "desenvolver" as colônias de África. Infelizmente a revista citada não fornece dados estatísticos sobre tuberculose, analfabetismo e subnutrição. Ai, sim, iríamos ver como o regime fascista levou a país a estabelecer recordes de que nem a Espanha, nem a própria Grécia, se conseguem aproximar.

PAISES	Superfície (1000 km ²)	População (milhares)	Densidade da Popul. (por km ²)	% de emprego total Indústria	RNB ⁺ per Capita (Dólares U.S.)	Import. (% da RNB ⁺)	Export. (% da RNB ⁺)	Autos (por 1000 hab.)	Consumo de Eletricidade (kw anuais per capita)
Alemanha Occ.	248,9	58.267	234	49,7	1.780	14,0	15,6	148	2.440
Austria	83,8	7.215	86	40,7	1.180	21,9	17,0	97	2.060
Belgica	30,5	9.378	307	46,9	1.650	38,4	36,3	123	1.920
Canadá	9.976,2	19.271	2	33,5	2.260	15,9	17,7	262	6.280
Dinamarca	43,0	4.716	110	40,9	1.890	29,1	23,3	142	1.520
Espanha	504,7	31.339	62	34,0	570	12,7	5,4	21	720
Estados Unidos	9.363,4	192.119	21	32,7	3.330	2,9	4,1	372	5.180
França	551,2	48.416	88	40,7	1.820	11,4	10,2	175	1.830
Grécia	130,9	8.512	65	21,5	520++	20,0	7,0	9	380
Irlanda	70,3	2.249	41	27,5	800++	42,6	27,2	90	940
Islandia	103,0	189	2	40,2	2.110	32,8	27,8	134	2.980
Itália	301,2	50.948	169	41,2	970	14,6	12,0	91	1.290
Japão	369,7	96.950	262	31,9	710	11,5	9,7	13	1.630
Luxemburgo	2,6	328	126	45,5	(1)	(1)	(1)	169	5.250
Noruega	323,9	3.694	11	35,2	1.690	31,7	20,7	108	10.490
Países Baixos	33,6	12.127	361	44,1	1.390	41,8	34,4	88	1.680
PORTUGAL	97,5	9.107	100	31,1	330++	25,6	17,3	25	450
Reino Unido	244,0	54.213	222	47,5	1.700	16,8	13,4	156	2.900
Suécia	449,8	7.662	17	41,5	2.280	22,0	21,0	216	5.140
Suiça	41,3	5.874	142	51,6	2.190	28,0	20,6	131	3.250
Turquia	780,6	31.118	40	11,5	240	7,3	5,5	3	120

+ RNB — Renda Nacional Bruta.
++ Números de 1963
(1) — Incluído com a Bélgica como sócia na União Económica Bêlgico-Luxemburguesa.
FONTE: Div. Estatística da Organização Económica do Mercado Comum Europeu.

HOMENS OU CRIMINOSOS?

Major José Ervedosa

Para os fins de 1961, a ação de informação do Estado Maior da Região Aérea, em Angola, pretendeu fazer um balanço do que os seus primeiros tempos foi a guerra colonial. Dêse trabalho de análise resultaram gráficos operacionais de várias ordens que, entre horas perdidas, munhões gastas e perdas sofridas falavam das baixas causadas ao inimigo.

Em fins de 1961 eu ainda estava em Angola e, precisamente, prestava serviço no palacete barrôco onde funcionava o comando local da Força Aérea Portuguesa. Muitos dos números que serviram de base ao fazer dos gráficos, fui eu quem os escrevi, depois de somar relatórios de missão numa velha totalisadora elétrica.

Dêses números, dêses gráficos, eu só não me fugiu da memória. Fazia assim:

"Entre 16 de março e 30 de junho foram causadas ao inimigo cerca de 50 a 80.000 baixas por ações executadas pelas forças da ordem militares, policiais e civis."

O inimigo era — e continua a ser — todo aquele angolano que se tentou de rebentar com fome e de ver a carne das suas mãos desfeita à força de palmatoadas, assim a modo de rotina, num silêncio forrado de impossível.

As forças da ordem — como lhe chamava esse relatório que eu pude um dia ler, as forças da ordem que

metódicamente eliminavam aldeias inteiras (como sucedeu àquela aldeia de Quanza Sul, toda lançada ao apêndice dos crocodilos do rio), as forças da ordem que arrazavam itinerários completos, visíveis como um rosário de contas de cinza sobre a linha das estradas, as forças da ordem que regavam com napalm as cubatas mal abrigadas pela floresta impotente, as forças da ordem responsáveis pela morte de 50 a 80.000 homens, mulheres e crianças de todas as idades, em certo momento de 1962, essas forças da ordem era eu próprio. Eram as minhas mãos que premiam o botão de lança-bombas, o meu olhar que corrigia a mira do tiro, o meu cérebro que utilizava o melhor possível aquele avião, aquela máquina de morte que o poder e a lei me haviam confiado.

E, sobretudo, forças da ordem responsável, totalmente responsável por cada uma das 50 a 80.000 mortes estimadas no relatório pelo massacre duma população que se revoltava unanimemente contra a violência diária que eu — que todos, todos nós, aviadores de Portugal — que nós conhecemos, ainda que tentemos fechar os olhos sobre ela; força da ordem sem alibis possíveis era a minha vontade. Era a minha vontade, a lançar-me nas evasivas, no cenário de dispersão: teatro, rádio, álcool por fim. A minha vontade, sem equívocos que nenhum militar pode desculpar-se de ter cometido crimes ainda que para os co-

criminoso comum, mascarado de oficial aviador.

Responsável pela miséria e pela morte do Povo de Angola, era a minha vontade. A minha vontade, débil demais para me levar a um ponto final onde — talvez pela primeira vez — eu me sentisse de fato um homem. A minha vontade, também débil demais para me inocentar com uma ordem de missão, para me desculpar com o mito de uma qualquer disciplina militar.

Assinado pela mão do General De Gaulle, saiu há dias um novo Regulamento de Disciplina Militar.

Nas letras dos códigos militares, o recente texto francês é qualquer coisa de novo, de espantoso mesmo. Todos nós conhecemos Nuremberg, o julgamento de Eichmann. Alguns de nós conhecemos o fundo de repúdio que levou Lord Bertrand Russell a intentar contra o executivo dos Estados Unidos um processo pelo crime de genocídio que se está a praticar contra o povo do Vietnam, processo análogo ao que puniu os responsáveis maiores do nazismo. E, no entanto, ninguém tinha ainda pensado em codificar a responsabilidade do homem como precedente à obediência do militar.

No novo código de disciplina militar francês, porém, diz-se claramente, sem equívocos que nenhum militar pode desculpar-se de ter cometido crimes ainda que para os co-

meter tenha recebido ordem explícita.

Eu sei que para recusar as missões de morte que vos ordenam, nenhum código existe em Portugal onde a consciência humana tenha direito de palavra.

Direito de palavra, responsabilidade, juízo, são atributos dos homens de maior idade. E, porque têm que executar mecânicamente o que lhe dizem, tudo quanto lhe dizem, nenhum militar português é de fato adulto.

Por isso eu pergunto uma vez mais, a cada um de vós, aviadores de Portugal:

quantos homens, quantas mulheres, quantas crianças teréis ainda que matar com o napalm largado pela pressão dos vossos dedos no manche; quanta, quanta gente terá que morrer para que possais, um a um, atingir a maturidade;

para que enfim cada uma das vossas vontades seja capaz de escolher entre os dois únicos caminhos abertos entre vós:

— ou homem com o direito de sorrir, com o direito de viver, de ser homem entre os outros homens da Terra;

— ou criminoso de guerra, mão pronta a toda a espécie de crimes que lhe querem ordenar; escarro inevitável e eterno no livro de uma História que não sabe perdoar.

COMOVEDORA MENSAGEM DAS MULHERES VIETNAMITAS

As Mulheres do Vietnam, melhor do que quaisquer outras, estão em condições de compartilhar e compreender os sofrimentos dos povos escravizados por regimes fascistas. Não há hoje no mundo povo tão martirizado e heróico como o do Vietnam. Daí o especial significado da mensagem de solidariedade que a União das Mulheres do Vietnam enviaram em Outubro passado ao Movimento Democrático das Mulheres Portuguesas. Reproduzimo-la abaixo na íntegra:

"Queridas Amigas.

Desculpem-nos o atraso com que vos respondemos, mas a guerra que se desenrola no nosso país chama-nos para outras tarefas mais urgentes.

Soubemos com emoção que a favor da nossa luta libertadora, a Rádio e a Imprensa Democrática portuguesas clandestinas lançam apelos ao Povo Português e que os jovens e os estudantes portugueses, no interior como no exterior, realizam ações de apoio ao povo vietnamita e de protesto contra a política de agressão do imperialismo americano.

Dirigimo-nos neste momento, a vós e ao Povo Português, os nossos sinceros agradecimentos.

É também com emoção que pensamos que enquanto milhares de jovens e patriotas combatentes do Vietnam do Sul sacrificam as suas vidas para reconquistar a independência e a unidade nacionais e para salvar a Paz no Sudoeste Asiático e no Mundo, milhares de combatentes democráticos portugueses, desafiando a prisão e os campos de concentração, lutam contra o regime fascista da camarilha salazarista assim como contra a guerra colonial, pela conquista dos direitos à vida e à democracia do Povo Português e pela vitória dos Movimentos de Libertação Nacional das diferentes partes do Mundo.

Chegou o tempo em que os fascistas, os imperialistas e os colonialistas devem recuar perante a nossa contra-ofensiva intransigente e respeitar os direitos sagrados dos Povos à vida e à auto-determinação.

Fomos informadas de que para os fins de Outubro se realizará uma Conferência em Toronto, no Canadá, com os objetivos de mobilizar a opinião pública e desencadear um movimento popular mundial, o qual empreenderá ações vigorosas para exigir das autoridades fascistas portuguesas a abolição das medidas de prisão e exílio impostas aos combatentes democráticos portugueses, assim como a abolição das leis fascistas que atentam contra as liberdades democráticas do Povo Português.

De todo o nosso coração aprovamos os objetivos da Conferência e estamos convencidas de que todos os novos desejos de liberdade e justiça apoiarão calorosamente o movimento.

E nós, em particular, que somos vossas companheiras de luta contra o fascismo, o colonialismo, o neocolonialismo e o imperialismo, nós condenamos energicamente o regime ditatorial e a política colonialista do governo de Salazar e reafirmamos a nossa solidariedade para convosco e para com o Povo Português.

Pensamos sempre em vós e acreditamos firmemente que obtereis grandes sucessos na vossa luta persistente pela Democracia no vosso País."

Pequenas Notícias

O jornal "A Sentinela", que se publica em 70 idiomas (tiragem total de 4.850.000 exemplares) dedica 9 páginas da sua edição de dezembro ao recente e escandaloso processo que envolveu em Portugal numerosos adeptos da seita religiosa "Testemunhas de Jeová". O artigo em referência intitula-se: O julgamento simulado de cristãos — a vergonha de Portugal.

O Movimento Democrático da Juventude Portuguesa enviou um expressivo telegrama de saudações à federação Mundial das Juventudes Democráticas (FDJM) por ocasião do seu 21.º aniversário.

Consta que Salazar se encontra bastante doente, tendo sofrido ultimamente uma ameaça de trombose.

Numa fábrica de Alhos Vedros, aparecem quase todas as semanas nas paredes "slogans" anti-fascistas a carvão: "Morra Salazar", "Abaixo o Fascismo", "Paz em Africa", etc. A PIDE não consegue localizar os autores.

A administração da empresa Gaz Cidla vem fazendo pressão sobre os operários no sentido de que se inscrevam na Legião.

A empresa Pablos Montijo despediu recentemente a maior parte do pessoal feminino.

A GNR encerrou a Comissão Cultural da Cooperativa do Povo Barreirense, com o pretexto de que as suas palestras e sessões de cinema necessitavam de ser objeto de inquérito.

Em toda a margem sul do Tejo intensificaram-se ultimamente as actividades das forças repressivas: operações-stop, rondas noturnas, vigilâncias nos transportes coletivos, visitas a cafés e pensões, etc.

A União dos Estudantes Portugueses em França (UEPF) publicou um bem documentado relatório sobre as suas actividades que inclui o programa de candidatura dos elementos que se

propõem dirigi-la em 1967: Humberto Lucas, Fernando Medeiros, Ana Maria Martins, Alfredo Gravador e Victor Moreira.

Foi distribuído o número 28 do jornal "O Imigrante Democrático", órgão da Junta Patriótica Portuguesa da Venezuela.

O deputado canadiano Andrew Brewin, do Novo Partido Democrático, que já publicara um excelente artigo sobre a sua visita a Portugal, no Halifax Chronicle, escreveu em 19 de novembro, outro oportuno e bem documentado trabalho sobre o "Estado policial Português" no "Toronto Daily Star", um dos maiores jornais do Canadá.

A Rádio Voz da Liberdade denunciou num dos seus programas, as actividades pró-fascistas da chamada "Associação Nacional dos Portugueses em França", entidade criada pelo Consulado Português em Paris e pelo Banco Nacional Ultramarino, através da sua sucursal, Banque Franco-Portugais d'Outre Mer.

O primogénito do pretendente ao trono de Portugal, Duarte Nuno de Bragança, visitou Moçambique a convite do governo fascista. Comeu, bebeu, passeou, recebeu vênias. A visita foi uma sucessão de cenas de vaudeville.

Os lucros da DIAMANG em 1965, ascenderam a 231.000 contos. Comentando o facto, a "Voz da Liberdade" pergunta: até quando permitiremos que os soldados portugueses vão morrer em Angola pelos 231.694 contos da Diamang?

Em Portugal há um enfermeiro para cada 2578 habitantes. A média preconizada pela Organização Mundial de Saúde é de um enfermeiro por 500 habitantes.

O tenente-coronel Pedro de Barcelos, em artigo publicado na revista da PSP, sugere a

criação de uma escola prática de polícia para combater o movimento de massas, isto é o Povo português. Esclarece o militar ultra que "alguns agentes até foram ao estrangeiro completar a sua especialização". Mas não basta. Quer uma escola nacional!

Na herdade da Serra, em Reguengos de Monsaraz, os fiadores de cortiça, após uma luta vitoriosamente conduzida, conquistaram a jorna de 60 escudos. No Escoural, os traba-

lhadores da cortiça obtiveram idêntica jorna.

É alarmante em Lisboa a falta de leite. Os cafés e leitariares vêm consumindo leite em pó.

A PIDE apreendeu o livro "Vietnam-2. Resistência", editado pela "Seara Nova", de autoria do jornalista australiano Welfried Burchett. A obra em questão recebeu o prémio anual da Associação Internacional dos Jornalistas.

PROSEGUEM AS PERSEGUIÇÕES AO PROF. CID DOS SANTOS

LISBOA — (Do Correspondente) — A última decisão do governo fascista sobre "o caso Cid dos Santos", proibindo a entrada daquele eminente mestre nos Hospitais Civis, causou profunda revolta tanto no seio da classe médica como entre os estudantes. O episódio é ainda mais chocante pelo facto de o prof. Cid dos Santos, embora sendo um democrata, não fazer parte dos setores oposicionistas que combatem sistematicamente o fascismo. Foi mesmo por haver acreditado em dado momento que podia contribuir para uma evolução do regime, aceitando as regras do jogo do fascismo, que cometeu a ingenuidade de se deixar "eleger" deputado pela União Nacional à Assembleia de Salazar. As suas discordâncias com a política do governo, principalmente nos campos hospitalar, médico e assistencial forçaram-no entretanto a renunciar ao mandato tão logo viu que da tribuna salazarista não podia denunciar ao País os males da engrenagem fascista.

Pois bem, esse mesmo homem que o regime já tentou envolver nas suas malhas acaba, devido ao seu senso de responsabilidade profissional, de se converter em alvo das iras governamentais.

Convém recordar que o antagonismo entre o governo e a classe médica se acentuara no início do ano quando as autoridades impuseram um acordo unilateral com a Direção

Geral dos Hospitais sem terem sequer consultado a Ordem dos Médicos. O Prof. Cid dos Santos participou como relator da Comissão — composta de representantes do Ministério da Saúde e de médicos — encarregada de estudar a reforma dos Hospitais Civis. Contudo, o governo, que desde o início manifestara a sua hostilidade aos trabalhos da dita comissão, acabou por proibir pura e simplesmente a publicação do relatório final, elaborado pelo prof. Cid dos Santos. Este, instado depois a responder a um inquérito do Ministério da Saúde, recusou-se dignamente, declarando que não colaborava "com hipócritas". Salazar ordenou então que lhe instaurassem um processo disciplinar e, na sua mania persecutória, tentou impedir a participação da vítima num Congresso realizado em Amsterdam.

Em face da atitude das autoridades, a Ordem dos Médicos decidiu hipotecar a sua solidariedade ao prof. Cid dos Santos, o mesmo acontecendo com todas as associações estudantis democráticas. Entretanto, por motivo do processo, o prof. Cid dos Santos foi suspenso por três meses do exercício das suas funções, sendo-lhe inclusive negada a entrada nos hospitais. Por outro lado, o ministro da Saúde, agastado com a posição assumida pela Ordem dos Médicos ameaçou proibir a publicação do respectivo Boletim.

Pela amnistia e contra a repressão

ABAIXO OS CAMPOS DE CONCENTRAÇÃO

Publicamos abaixo o protesto enviado ao "presidente" Tomás e ao ministro da Justiça pelas famílias de presos políticos, ameaçados de seguirem para os campos de concentração nas colônias. O documento, que tem 430 assinaturas, é do seguinte teor:

"Excelência:
Os abaixo-assinados, familiares de presos políticos, em cumprimento de penas ou medidas de segurança, vêm junto de V. Exa. manifestar o seu grande alarme e preocupação ante uma notícia vinda na Imprensa Diária, no passado dia 25 de Setembro.

Com efeito na referida notícia intitulada "Cumprimento de Penas", pode ler-se que ao abrigo da folha oficial foi publicado o seguinte diploma:

"Artigo único — 1. — Os Ministros da Justiça e do Ultramar, quando as necessidades do tratamento penitenciário o aconselham podem autorizar:

a) que as penas ou medidas de segurança aplicadas pelos tribunais da metrópole ou das ilhas adjacentes sejam executadas nos estabelecimentos prisionais do Ultramar".

Em face do que fica exposto e antevendo o que a concretização de tal medida poderia representar para os nossos entes queridos muitos dos quais com a saúde abalada por longos anos de prisão e sofrimentos, e considerando-a profundamente injusta e alarmante, pelo que significa de cruel e de desumano, vimos junto de V. Exa. solicitar a revogação do citado diploma e a garantia que os presos políticos não sejam arrancados ao mínimo convívio humano que lhes resta com seus familiares."

"Portugal Democrático" insiste uma vez mais na necessidade de todos os democratas portugueses do Exterior darem a sua colaboração à grande campanha em curso contra mais essa monstruosidade fascista que é o decreto que autoriza a deportação de presos políticos. Fazemos nossas as palavras de um recente apêlo da FPLN sobre o assunto:

"Os operários, os estudantes, os intelectuais, todos os democratas, todos os anti-fascistas, todos os patriotas devem fazer chegar à presidência da República e ao Ministro da Justiça o seu protesto, a sua indignação, a sua exigência de revogação ao decreto que permite a deportação dos presos políticos.

Os portugueses emigrados devem mobilizar as organizações democráticas dos países onde se encontrem e devem começar imediatamente a enviar postais, cartas, abaixo-assinados de protesto para o Ministro da Justiça e para o Presidente da República.

Esta é uma batalha concreta e urgente em torno da qual se devem unir todos os portugueses anti-fascistas."

PELA LIBERTAÇÃO DE SOFIA FERREIRA

Com data de 14 de Novembro p. p. o Comité do Movimento Sindical

OUÇA A RÁDIO PORTUGAL LIVRE

(hora de Portugal)
Diariamente das 8 às 8,30 e das 20 às 20,30 e das 22,13 às 22,43 em 32 metros; e das 0,30 às 0,50 em 36,40 e 43 metros. Aos domingos das 13 às 13,30 em 19,20 e 26 metros.

UMA EMISSORA A SERVIÇO DO POVO PORTUGUÊS

Revolucionário de empresa Jitka, da Tchecoslováquia, enviou ao "presidente" Américo Tomás o seguinte apêlo:

"Em nome dos 1.300 trabalhadores da empresa Nacional JITKA em OTIN próximo de JINDICHUV HRADEC, pedimos-lhe a sua intervenção pessoal afim de tornar possível a libertação de Sofia Ferreira, que se encontra há já longo tempo na prisão sem uma justa razão.

A prisão de Sofia Ferreira causa uma indignação profunda entre os nossos trabalhadores. Em particular as nossas mulheres exprimem graves preocupações pelo seu futuro. Nós estamos convencidos que o Governo Português libertará essa senhora, bem como outros detidos que lutam por um futuro melhor para o povo trabalhador português, tal como libertou José Vitoriano."

JOAQUIM RIBEIRO CONTINUA DOENTE

Segundo as últimas informações recebidas continua a ser grave o estado de saúde de JOAQUIM RIBEIRO. Internado de urgência no hospital de Caxias, por indicação do médico do presídio, sofre de uma doença intestinal que em Setembro o fez emagrecer nove quilos numa única semana.

Salvemos JOAQUIM RIBEIRO! Só uma campanha insistente para a sua libertação pode forçar o fascismo a ceder, de modo a que o valeroso patriota possa finalmente receber tratamento adequado.

NOVAS PRISÕES

O advogado católico FRANCISCO DE SOUSA TAVARES, um dos signatários do Manifesto dos 118, continua preso. Outro intelectual detido pela PIDE foi o escritor STTAU MONTEIRO, filho do falecido ministro de Salazar Armindo Monteiro. Sabe-se também que um dos presos ultimamente submetidos à tortura foi JULIO FOGAÇA.

NATAL DO PRÉSO POLITICO

Como em anos anteriores, Portugal Democrático promoveu entre os seus assinantes e amigos a já tradicional campanha do Natal do Preso Político. Mais do que nunca, em face da violência da repressão fascista e da ameaça de deportação que pesa sobre centenas de patriotas encarcerados nos presídios fascistas, é necessário que na quadra de amor e paz do fim do ano os que sofrem nas lóbregas enxovias da PIDE as consequências do seu amor à liberdade recebam uma ajuda que mais do que pelo seu valor material vale pela força da solidariedade que a inspira. Damos a seguir a lista dos donativos já recebidos:

"Portugal Democrático"	10.000
Centro Republicano Português	10.000
Capitão João Sarmento Pimentel	10.000
Fernando Ramos	10.000
José Mario Bodas	10.000
Alfredo Masson	10.000
Helder Costa	5.000
Raul Fernando	5.000
Cesar Teles e Julio Cesar	20.000

ILIDIO ESTEVES CONDENADO EM 5 ANOS

ILIDIO DIAS ESTEVES, destacado combatente democrata, foi condenado pelo Tribunal Plenário de Lisboa a cumprir pena de 5 anos de prisão, seguida das famigeradas "medidas de segurança". Ilidio Esteves que já se evadiu uma vez de Caxias, em 1961, foi acusado pela justiça fascista de ter sido um dos dirigentes da vitoriosa greve dos marmoristas de Pero Pinheiro, em Maio de 65.

MAIS CONDENAÇÕES

No passado dia 8 de Novembro, o Tribunal Plenário de Lisboa condenou nada menos de dez patriotas a duras penas de prisão. Os réus eram acusados de "ter instigado uma sublevação popular no dia 1.º de Maio de 64". Eis os seus nomes: José Inácio, Manuel Cheinho, Aprigio de Sousa, José Pedro de Campos, Antonio Pereira, Ventura Nunes, José Ricardo, Joaquim Lança, Manuel Agulhas, Custódio Joaquim.

Manuel Cheinho foi condenado a 13 anos de prisão e José Inácio a 12. Houve ainda duas condenações de cinco anos e meio e uma de quatro anos e meio, variando as restantes penas entre 14 e 22 meses.

NOS CAMPOS DE ARRAIOLOS

Um técnico agrário estrangeiro, encontra numa gleba confinante com a estrada de Arraiolos para Estremoz, um alentejano lavrando a terra com o auxílio de uma velha mula. Mandou parar o automóvel e recorrendo a um interprete, perguntou ao camponês:

- De quem é esta terra que você está a lavar?
- É do lavrador fulano.
- E o lavrador, é o dono da propriedade?
- Não senhor! É o rendeiro.
- Então quem é o proprietário?
- É um senhor que vive em Lisboa e eu não conheço.
- E você trabalha por conta do lavrador?
- Não senhor! Eu sou seareiro.

Eu, sabia o Senhor, tenho esta mulher e o lavrador autoriza-me a sementar uma esportes de terra ao quarto. — Ao quarto? Que vem a ser isso? — Pagas as sementes e os adubos ao lavrador, eu fico com um quarto da seara colhida. A debulha tem de ser feita na máquina do lavrador que cobra maquia de debulhar. — E a renda da terra? — É o lavrador que paga a renda ao tal senhor de Lisboa que eu não conheço.

Em metade de Portugal este diálogo poderia ser repetido. O governo que desgoverna a Nação e governa para os Bancos, os grandes agrários, os monopólios industriais, não resolveu, nem resolverá, os problemas do Portugal agrário.

Sobre a mesma terra vivem três famílias explorando-se sucessivamente e explorando a terra até à exaustão, 40 anos de mentira, de miséria, de ruína da agricultura, comemorou-os o país pagando festas com o dinheiro que falta para as escolas e para os hospitais. (Transmitido pela Voz da Liberdade)

Augusto Santos	10.000
Maria da Paz	5.000
Manuel Moura	10.000
Mario Tavares	5.000
Alexandre Pereira	10.000
Lenine Alexandre	10.000
Manuel Rocheta	10.000

A Transportar Cr\$ 150.000

Salazar na Imprensa Mundial

(Continuação da página 2)

fenômeno até então raro, em Portugal: aumentos acentuados dos preços das utilidades. Depois de 10 anos de estabilidade absoluta, começam a aumentar os preços do trigo, azeite, arroz, vinho e manteiga.

(Newton Carlos, in "Folha de S. Paulo", São Paulo, Brasil).

ANGOLA

Um telegrama do Cairo anunciava, no dia 15 de outubro passado, que o Governo Provisório de Angola no Exílio (GRAE), chefiado por Holden Roberto e o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), de Agostinho Neto e Mário de Andrade, haviam assinado um acordo de conciliação, pon-do fim as suas divergências. No dia seguinte, em Leopoldville, onde o GRAE tem sede, Holden Roberto desmentiu a notícia. Não é a primeira vez que se fala nessa conciliação. Já em 1962 tinha sido noticiada a fusão dos dois movimentos.

O grande escândalo do nacionalismo angolano é justamente a desunião de seus líderes. Além do GRAE e do MPLA acaba de surgir um terceiro movimento — este inspirado pela PIDE, a polícia política portuguesa, para causar confusão no exterior. Trata-se do Conselho do Povo Angolano, de André Kassinda, amigo de Tchombe, que advoga a não violência e a negociação com Portugal. A insurreição de Angola começou a 3 de fevereiro de 1961, quando vários grupos armados atacaram as prisões de Luanda. Daí a um mês, o movimento terrorista se espalhava no interior. No dia 21 de abril, a Assembleia-Geral da ONU aprovou uma resolução concitando o governo de Lisboa a "transferir a totalidade dos poderes às populações angolanas, permitindo o gozo de uma independência completa".

Após cinco anos de guerra, os rebeldes controlam um terço do enclave da Cabinda, que administrativamente faz parte de Angola, e as províncias Norte e Leste do território angolano. Em julho passado, pela primeira vez o MPLA anunciou um combate no Sul, o que Lisboa desmentiu. Os portugueses reconheciam até o fim do ano passado 520 baixas. Mas só no primeiro semestre de 1966 cerca de 500 soldados portugueses foram mortos, o que significa um recrudescimento da luta.

MOÇAMBIQUE

Numa entrevista dada em Estocolmo, em setembro de 1965, o Dr. Mondlane, presidente da FRELIMO — Frente de Libertação de Moçambique — dizia que dentro de três anos, esperava estar em condições de transformar em verdadeira guerra as operações de guerrilha. O prazo não se esgotou mas a luta parece ter-se intensificado, segundo as informações portuguesas. Em agosto de 1965, o General Santos, chefe do estado maior português em Moçambique dizia que apenas 35 soldados tinham morrido desde setembro de 1964, quando a revolta começou. Um ano depois, em agosto de 1966, um porta-voz do Ministério da Defesa declarava em Lisboa que as perdas portuguesas em Moçambique durante toda a guerra, atingiam um total de 144 homens. Quer dizer que, em 12 meses, Portugal perdeu 109 homens — três vezes mais do que no primeiro ano da insurreição. A FRELIMO contesta esses números. Segundo os rebeldes três mil soldados portugueses pereceram até agora. O fato é que o governo de Lisboa teve de deslocar 30 mil homens para Moçambique — aproximadamente os mesmos efetivos que os Estados Unidos tinham no Vietnã três anos atrás. A sede da FRELIMO está em Dar-es-Salaam, na

Tanzânia, de onde procedem os guerrilheiros moçambicanos. A infiltração é feita principalmente em dois pontos: na costa e nas margens do lago Niassa. Em julho passado, a FRELIMO derrubou um avião militar português que fazia um voo de reconhecimento na província de Niassa. Numa entrevista dada à revista *Jeune Afrique*, o líder angolano Mário de Andrade dizia há pouco que na Guiné Portuguesa e em Moçambique as condições da luta parecem mais favoráveis do que em Angola. "Em Moçambique já existem as bases de um poder popular", acha Mário de Andrade.

GUINÉ

A luta na Guiné Portuguesa, movida pelo PAIGC — Partido Africano da Independência da Guiné e das Ilhas de Cabo Verde — tem evoluído progressivamente: 1961, ação direta; 1963, guerra própria; 1964, constituição das Forças Armadas Revolucionárias do Povo. A hipótese de um Dien Bien Phu português não está excluída, acha Amílcar Cabral, Secretário-Geral do PAIGC. Engenheiro-agrônomo formado em Lisboa, ele controla 40 por cento do território. Nas zonas libertadas, as tropas portuguesas são abastecidas por helicópteros. Em toda a Guiné, o Exército português está na defensiva. Os rebeldes dispõem de morteiros e canhões antiaéreos. A aviação portuguesa realiza bombardeios na selva, semelhantes aos que os Estados Unidos praticam no Vietnã. Amílcar já pensa no pós-guerra. "Nossa luta", diz ele, "não é contra Portugal, mas contra o colonialismo português. Devemos preservar nossas possibilidades de colaboração com um governo português não colonialista, depois de Salazar". Sua preocupação no momento consiste em estender o combate às ilhas de Cabo Verde, abrindo um segundo front. Esta nova fase de operações parece indispensável. Os rebeldes temem que os portugueses se concentrem nas ilhas, quando forem expulsos do continente, e as utilizem para bombardear a Guiné. Os observadores estrangeiros concordam em que, de todos os territórios africanos onde os nacionalistas iniciaram movimentos armados para a libertação de Portugal, a Guiné é o teatro da guerra mais feroz. "A guerra da Guiné é dolorosa e cruel", admitia em abril passado o enviado especial do jornal *Diário de Notícias*, de Lisboa. Tudo indica que será a Guiné a primeira possessão portuguesa da África a tornar-se independente.

(in FATOS E FOTOS, Brasília, 10 de Dezembro de 1966).

Toalhas Plásticas rendadas

AUMENTE SEUS LUCROS VENDENDO TOALHAS DOS MAIS VARIADOS MODELOS E DE FINO ACABAMENTO FABRICADAS PELA MAIOR INDÚSTRIA DO GÊNERO NO PAÍS. DESCONTOS ESPECIAIS PARA REVENDEDORES. PARA MAIORES ESCLARECIMENTOS, FAÇA UMA VISITA OU ESCREVA PARA:

PRAÇA DA SÉ, 17/21
SÃO PAULO

Ontem com Hitler...

(Continuação da página 4)

o Comitê Diretor da "Deutsch Bank AG", que é o mais importante banco do capital monopolista alemão. Ele foi dos maiores beneficiários das invasões e ocupações nazis e, por isso, só na Iugoslávia (Zagreb), foi condenado a 15 anos de trabalhos forçados, por crimes de guerra. O seu poder econômico refletiu-se fortemente no domínio político, pois se a orientação da política de Hitler sofria a sua influência ao tempo era já presidente do conselho de administração de 40 sociedades, ainda hoje não há importante opção econômica da política alemã sobre a qual Abs não exprime a sua opinião determinante.

Depois desta esclarecedora, embora incompleta biografia de Hermann Abs, podemos compreender o verdadeiro significado das declarações que fez em Lisboa, em Novembro de 1963, numa conferência no Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras: "Foi para mim motivo de grande satisfação verificar que o governo português sempre tem defendido o princípio da integridade e invulnerabilidade da propriedade privada."

No plano oficial, o governo alemão, através do Kreditanstalt für Wiederaufbau, concedeu, em princípios de 1962, um empréstimo de 35 milhões de marcos aos salazaristas, destinando 100 milhões à agricultura, em especial ao Plano de Rega do Alentejo, e 50 milhões à construção e melhoramento de diversos aeroportos. Com investimento tão elevado na agricultura, o imperialismo alemão tenta transformar Portugal no seu "jardim à beira mar plantado"... de extensas florestas (para apoio à sua indústria química) e de pastagens, pomares e hortas para se abastecer, em boas condições, dos produtos de que carece. Mas, além da importação de produtos agrícolas de Portugal, a política do governo alemão permitiu-lhe ainda garantir a alimentação dos muitos milhares de turistas que se estão dirigindo para o nosso país e de milhares de soldados e técnicos que ficarão instalados nas bases militares em Portugal.

O capital monopolista alemão não se limitou nem se contentou em conceder empréstimos oficiais. Em novembro de 1964 o dr. Baetzgen, dirigente do Ministério Federal da Economia Alemã, declarou: "Nós os alemães, reconhecemos com profunda gratidão que o governo português foi o único no mundo inteiro a restituir integralmente os bens alemães de antes da guerra. De certeza, os capitalistas alemães com intenções de investir, não vão esquecer este fato e quanto mais livres e seguros eles se sentirem no ato de investimento do capital, tanto mais cedo vão decidir instalar ou alargar a sua produção a Portugal, em vez de a limitar à Alemanha". Dizendo isto, o dirigente alemão estava não só prometendo o que Salazar e os seus comparsas tanto tinham mendigado, como também exigia facilidades para o investimento de capitais alemães.

Dócilmente, Salazar submeteu-se a tal tipo de exigência, pois quer a Reforma Tributária que protege descaradamente os grandes monopólios, quer os decretos sobre Importação e Aplicação de Capitais Externos, e outras medidas que tomou, corresponderam aos ávidos desejos do capital monopolista estrangeiro e em especial ao da Alemanha Ocidental. Peter von Siemens, ao inaugurar uma das suas fábricas, declarou: "... a indústria portuguesa oferece perspectivas otimistas", (28-11-64), significando que estavam criadas as condições exigidas para a exploração da mão de obra e das matérias primas nacionais.

Em curto espaço de tempo, os

grandes monopólios alemães montaram grandes unidades produtoras, absorveram algumas outras, enfim instalaram-se em Portugal para a exploração das "perspectivas otimistas" que Salazar lhes oferecia. Os monopólios alemães de electricidade, Siemens, AEG, Grundig, Bosch e outros, criaram fábricas produtoras de motores elétricos, televisores, lâmpadas, acessórios para a indústria automóvel e outro material eléctrico. A indústria de automóveis instalou diversas linhas de montagem (Mercedes, Volkswagen, BMW, etc.). Muitas outras variadas indústrias, possíveis pontos de arranque para a industrialização do país, ficaram igualmente dependentes dos capitais oeste-alemães. Recentemente, foi inaugurada uma importante unidade têxtil com 23.000 fusos, associada ao monopólio Química Hoercht, que importará fio sintético da sua associada alemã; e outro grande conjunto têxtil, este de têxtil de algodão, com 1.200 teares e 25.000 fusos, vai ser construído em São Domingos (Beja), associado a outra firma alemã: — a Unionmateza Textilmachinen.

No setor mineiro, além das extensas minas de ferro de Moncorvo, diversas são as minas sob o seu controlo. Mas encontramos capitais alemães em muitas outras indústrias: explosivos, acumuladores, corantes, embalagens metálicas, resinas sintéticas, etc., etc.

A própria agricultura (onde o governo alemão fez, como já vimos, elevado financiamento) interessa também ao capital privado alemão; o atual consul de Portugal em Francfort, o alemão Walter Gerling, principal acionista do Metropole Bank Rittershans & Cia. e acionista majoritário da Gerling Konzern (Colônia), a segunda grande companhia de seguros da Alemanha, pode ser considerado em Portugal, como latifundiário, pois "possui várias propriedades rústicas em plena exploração no nosso país" (Jornal do Comércio 11/12-7-64).

Os financeiros alemães interessaram-se igualmente pelo turismo: só no Algarve prevê a construção de 37 hotéis, além da construção, já efetuada, do aeroporto de Faro. Mas parece ser no litoral alentejano, em Sines e Porto Covo, que será construído o maior centro turístico com capitais alemães e que, segundo o "Século" de 22-9-64, "será destinado especialmente à alta finança alemã".

Também nos territórios sob domínio colonial português o imperialismo alemão, na mira da exploração da mão de obra africana, e das matérias primas de solos ricos, resolveu fazer importantíssimos investimentos. Citaremos apenas dois: ... 250.000 contos para uma grande empresa de pesca em Cabo Verde e um outro de mais de um milhão de contos, também da Krupp e associadas, para a exploração do minério de Kassinga, concessão da Companhia Mineira do Lobito. Alfred Krupp, que indevidamente saiu da prisão em 1953, onde se encontrava a cumprir prisão pela utilização de trabalho escravo durante a 2.ª guerra mundial, aparece aliado a Salazar, na preparação dum desenfreada exploração nas habituais condições de escravatura da mão de obra das colónias portuguesas. E mostra-se tão interessado no negócio que se deslocou pessoalmente a África, em novembro de 1965, no seu avião a jato privativo, e acompanhado dum antigo ministro branco da Rhodesia, "a fim de estudar in loco" novos e grandiosos investimentos... (Século 9-11-65).

Em algumas destas realizações o capital financeiro português ligou-se ao imperialismo alemão, tornando-se assim um agente consciente da dominação estrangeira sobre Por-

tugal. A ação do industrial e grande capitalista Champalimaud é típica na política de ligação ao capital estrangeiro. Quando, por volta de 1953, fundou a Siderurgia Nacional, apelou "patrioticamente" para os capitais portugueses: a Siderurgia seria uma sociedade portuguesa! Mas poucos anos durou esta fachada. O grupo que efetivamente mandava nos destinos da Siderurgia — onde apesar de em assembleias gerais muito se falar em "pequenas economias" e "democratização do capital", 1,1% dos acionistas detinham 60% do capital (Século 30-4-64), acabou, sob a orientação do seu chefe Champalimaud, por se ligar ao capital monopolista alemão. A entrada em 1961 do grupo Champalimaud para o Banco Pinto e Sotto Mayor, coincidiu com a "compra" deste banco pelo capital alemão, ali representado essencialmente pelo financeiro Dr. Bernardo Mendes de Almeida (Conde de Caria). E mesmo as ricas minas de ferro de Moncorvo, fonte certa de excelente matéria-prima para os fornos da siderurgia, foram também absorvidos por capitalistas alemães; esta riqueza mineira, extraída por estrangeiros em terra portuguesa será em parte exportada e outra parte vendida por alemães aos alemães da Siderurgia dita Nacional. Assim, uma indústria que poderia desempenhar um papel decisivo no desenvolvimento do país, acabou — com exclusiva vantagem dos grandes capitalistas — ligada e dependente dos interesses estrangeiros.

CANADIANOS DENUNCIAM...

quais, o famigerado campo do Tarrafal, já se encontram muitos nacionalistas de Angola e da Guiné-Bissau.

A Conferência chegou também à conclusão de que a tortura dos prisioneiros políticos por parte da PIDE é mais brutal do que nunca. Exemplos como os de Antonio Graça, em 1964, Domingos Abrantes, em 1965 (choques elétricos) e o do engenheiro Veiga de Oliveira em 1966 (37 dias de tortura, dos quais 17 de privação de sono e espancamentos até desmaiar), de Maria da Conceição Matos, sádica e espancada, depois de despida pelos carrascos da PIDE, de Gina de Azevedo e da jovem angolana Vitória Almeida e Sousa, que tiveram de ser internadas num hospital psiquiátrico, depois de interrogadas, e muitos outros casos, provam a ação da PIDE. A Conferência tomou conhecimento, finalmente, do assassinio, a sangue frio de líderes políticos, eliminados pela PIDE, como por exemplo os casos do General Humberto Delgado e do escultor José Dias Coelho.

Desta forma, e em conclusão, "a Conferência Canadiana pró-Anistia em Portugal solicita à Comissão dos Direitos Humanos da ONU que:

1. faça circular este documento junto das delegações de todos os países membros da ONU.
2. seja aberto um inquérito pela ONU nos campos de concentração e prisões políticas de Angola, Moçambique, S. Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau e Cabo Verde.
3. se estude a atual legislação repressiva especial portuguesa.
4. se proceda a um inquérito sobre as condições e o emprego de tortura nas prisões políticas de Portugal.
5. se faça um inquérito sobre a morte do General Humberto Delgado, como já foi solicitado numa carta do Presidente Paul Boncour da Federação Internacional dos Direitos do Homem.

Mensagem dos Presos ao Socorro Popular Francês

Publicamos a seguir comovente mensagem dos presos políticos da Fortaleza de Peniche dirigida ao Socorro Popular Francês:

"Agradecemos-vos tudo o que tendes feito em nosso favor.

Sem os vossos esforços, conjugados aos de outros democratas do mundo inteiro, encontraríamos numa situação ainda mais difícil. Estamos conscientes do grande valor do vosso trabalho, tanto para conseguir a libertação de alguns prisioneiros, como para defender a vida de outros, ou ainda para melhorar o regime penitenciário.

Neste belo país, nesta prisão, à beira do vasto Atlântico, é muito doloroso estar preso. Neste país extremamente atrasado cheio de sofrimentos, é ainda mais triste estar privado da alegria do trabalho, privado de poder atuar fraternalmente como democrata para o bem do povo. A nossa vida, tão desprovida de tudo, simboliza bem a vida das nossas famílias, privadas da nossa ajuda, a vida deste povo que tanto amamos, privado do direito de expressão. Exatamente por isso, éle se entregou a uma luta indomável, cujas raízes estão na dignidade humana e no desejo de progresso e liberdade. Sómente no que nos dá respeito, presos de Peniche, as crianças que crescem sem a nossa ajuda e a nossa afeição, são centenas. Não podemos abraçar os nossos senão uma vez por ano. Mesmo no Natal, neste país que dizem ser cristão, os governantes fascistas não o permitem. As nossas mãos e as dos nossos estão vazias de carinho. Não nos vemos e não nos falamos senão através do vidro e das grades, afastados mais de dois metros uns dos outros, nas espaçadas visitas, sob a vigilância dos carcereiros, a menos de cinquenta centímetros. Nenhuma palavra dirigida às esposas ou aos filhos que não seja escutada. E isto, ano após ano. Vários de nós contam já dez a quinze anos de prisão. Alguns estão gravemente doentes. O

tudo, a incerteza do dia em que alcançaremos a liberdade, pelo fato do monstruoso regime nazi, das medidas de segurança renováveis por períodos de três anos indefinidamente, verdadeira prisão perpétua, desde que a polícia política o queira.

E vós, queridos amigos, compreendeis bem, o quanto, em vista da nossa situação, vos estamos agradecidos por tudo o que tendes feito por nós e a veemência com que vos dirigimos este apelo: continuai a ajudar-nos!

Acreditaí-nos: a vossa ajuda e a do glorioso povo francês, ligada à de outros amigos e à luta do povo português, representa uma preciosa contribuição para a defesa da nossa vida.

Recebam os nossos calorosos votos de felicidade pessoal e de sucesso no vosso trabalho".

PORTUGAL DEMOCRATICO

DIRETOR RESPONSÁVEL
Otávio Martins de Moura

SUCURSAL

RIO DE JANEIRO: Rua General
Pedra, 215 — Tel.: 43-0202

REPRESENTANTES

RECIFE: Manuel Luis Fernandes e Angelo Ferreira da Silva — Rua Real da Torre, 819 — 1.º

CURITIBA: Antonio Serpa — Rua Dr. Murici, 712

LONDRINA: Julio Duarte — Edifício Centro Comercial — Apto. 141

PELOTAS: Heitor M. Bandeira — Rua 7 de Setembro, 312 —

Pelotas — Rio Grande do Sul
INGLATERRA: Portuguese And Colonial Bulletin — 10 Pentiman Road, London, S.W. 8

BRUXELAS: Carlos Figueira — Rue Jolly, 77 Schaerbaek — Bruxelles 3

HOLANDA: ANGOLA COMITE

— Vinkenstraat 13 — Amsterdam — C.

CANADÁ: Portuguese Canadian Democratic Association 10 — Eden Place Toronto 2E — Ontário
A. dos Santos
7564 d'Outremont Ave. — Apt. 1 Montreal 15, P.Q.

VENEZUELA: Junta Patriótica Portuguesa — Apartado 8287 — Caracas

URUGUAI: Junta Patriótica Portuguesa del Uruguay Casilla de Correo n.º 2.128 — Distrito 5 — Montevideo

CHECOSLOVAQUIA: João Ribeiro — Postovní Urada — Praha

FRANÇA: Grupo de Amigos de "Portugal Democrático" — 29, Rue St. André des Arts. — Paris — 6.ºème.

REDAÇÃO:

Rua Conselheiro Furtado, 191 Sala 2 — Tel.: 37-0933 — São Paulo

Caixa Postal 6248

EXPEDIENTE:

Dias úteis: das 19 às 22 horas
Sábados: das 15 às 19 horas
Número avulso . . . Cr\$ 100
Assinatura anual . . . Cr\$ 1.500

ANO X — N.º 114 — Janeiro, 1967

Os artigos assinados traduzem apenas a opinião de seus autores, sendo por conseguinte de sua exclusiva responsabilidade.

Contra a Deportação

Pierre Gensous, Secretário Geral Adjunto da Federação Sindical Mundial dirigiu ao "presidente" Tomás o seguinte telegrama:

"Tendo recebido a notícia da promulgação de um decreto do seu governo que autoriza a deportação para as colónias portuguesas de presos políticos, entre os quais se encontram dirigentes sindicais e trabalhadores presos pela sua justa e legítima atividade em defesa dos interesses da classe operária, a Federação Sindical Mundial formula seu mais enérgico protesto e reclama com urgência a anulação desta medida, cujo fim é a reabertura dos campos de concentração de sinistra memória."

6. se faça todo o possível para obter uma votação da Assembleia Geral da ONU sobre a recusa, por parte do atual governo português, de conceder os direitos humanos assegurados pelas Nações Unidas". médico tem 80 anos e é totalmente incompetente. E, sobre-

Nações Africanas Pedem Esclarecimentos ao Itamarati

A propósito da projetada visita de navios de guerra brasileiros aos portos de Angola os embaixadores de Argélia, Ghana e Senegal e o encarregado de negócios da República Árabe Unida fizeram diligências junto do Itamarati que mereceram larga divulgação na imprensa carioca e paulista. Sobre o assunto os referidos diplomatas distribuíram à imprensa o comunicado que abaixo transcrevemos da edição de 7 do corrente de "O Estado de S. Paulo".

"Os embaixadores da Argélia, Ghana, Senegal e o encarregado de Negócios da República Árabe Unida, no uso de suas respectivas faculdades, procuraram o Itamarati, em busca de uma explicação sobre as recentes manifestações da atitude do Brasil em relação ao problema da colonização no que concerne especificamente aos territórios ora sob o colonialismo português na África. Os diplomatas africanos visaram, em particular, a um esclarecimento sobre os três pontos seguintes: 1) — As declarações feitas recentemente em Lisboa, por importante personalidade brasileira, as quais se relacionam ao colonialismo na África; 2) — a projetada visita de navios da Marinha de Guerra Brasileira aos portos de Angola; 3) A possível implicação política futura da evolução do interesse econômico brasileiro em Angola e Moçambique. Os funcionários do Itamarati expuseram de maneira geral aos diplomatas africanos a posição brasileira sobre esses três pontos. Os embaixadores, contudo, ainda permanecem seriamente preocupados acerca desses recentes acontecimentos que, no seu entender, podem retardar, ao invés de intensificar, o desenvolvimento progressivo de relações cordiais de seus países, em particular — e da África em geral — com o Brasil".

Após a transcrição "O Estado de S. Paulo", comentando os fatos que motivaram a iniciativa daqueles embaixadores africanos, escreve:

"Ao que se informa, as declarações do marechal Costa e Silva em Lisboa, do envio de uma força-tarefa da Marinha brasileira — incluindo os cruzadores "Barroso" e "Tamandaré" e uma tripulação de cerca de 3 mil homens — constituíram, para os embaixadores africanos aqui acreditados, a confirmação de que o governo brasileiro transformará em ostensivo o apoio discreto que vem dando, conforme política aprovada a 9 de junho de 1964, pelos interesses portugueses na África. Outros indícios nesse sentido foram vistos pelos africanos nos seguintes fatos: 1) — as negociações para a compra de aviões a jato, antiguerrilha, da República Federal da Alemanha, para o Ministério da Aeronáutica brasileiro, bem como os fortes rumores,

à época, de que os aparelhos seriam cedidos ao governo português, em troca de concessões de cobre e petróleo em Angola e de portos livres nessa colônia e em Moçambique; 2) — os acordos secretos firmados em Lisboa, em setembro último, pelo ministro das Relações Exteriores do Brasil; 3) — o oferecimento de franquia a navios brasileiros, nos

portos de Luanda, Lobito, Beira e Lourenço Marques; 4) — a súbita intensificação do intercâmbio econômico luso-brasileiro, com a crescente troca de delegações econômicas e comerciais e a formação de vários grupos de estudo e comissões mistas, bem como o envio de missões especiais do Itamarati às colônias africanas de Portugal."



No fim do ano, as operações militares em Angola assumiram grande amplitude, num desmentido formal aos comunicados oficiais, portugueses. Com o assalto de guerrilheiros do M.P.L.A. à cidade Teixeira de Souza, nos últimos dias de Dezembro, abriu-se ali uma nova frente de combate. O governo português, lançando mão dos seus métodos habituais ripostou violando a fronteira da República de Zâmbia, praticando uma série de violências nas aldeias daquele país onde supunha encontrarem-se os comandos do M.P.L.A.. O governo de Zâmbia deslocou então tropas para a fronteira e advertiu Lisboa de que novas violações da sua soberania poderiam acarretar uma situação de guerra. O incidente veio confirmar o isolamento internacional de Salazar, pois o ataque das tropas portuguesas a Zâmbia suscitou indignados protestos da opinião pública mundial. No clichê: guerrilheiros do M.P.L.A. em treino algures nas fronteiras de Angola.

Repercussão no Brasil do Manifesto dos 118

Sob o título, OPOSIÇÃO LIBERAL PEDE RENOÚNCIA DE SALAZAR, o jornal "O Estado de S. Paulo" publicou nas suas edições de 11, 18 e 25 de Dezembro o texto integral do documento recentemente enviado ao "presidente" Tomás por 118 personalidades da oposição democrática ao qual nos referimos no editorial do nosso último número. Tanto o fato de um jornal como "O Estado", cujas posições conservadoras são conhecidas, ter publicado o documento com o título dado à matéria confirmam a opinião por nós expandida de que a iniciativa dessas personalidades não serviu a causa da unidade anti-fascista. Transcrevemos abaixo a breve nota introdutória com que o jornal paulista apresentou aos seus leitores o chamado manifesto dos 118:

"No dia 14 de novembro, 118 personalidades da oposição democrática

portuguesa enviaram ao presidente da República, almirante Americo Tomás, uma representação em que analisam a conjuntura política, econômica e social de seu país e solicitam, como única solução viável para a gravíssima crise que Portugal atravessa, a demissão do chefe do governo, prof. Antonio de Oliveira Salazar, e a imediata formação de um governo de união nacional que restabeleça as liberdades democráticas e crie as condições indispensáveis a uma rápida integração do País na Europa Ocidental. Publicamos abaixo a primeira parte desse documento, cujos signatários — entre os quais figuram todos os líderes católicos da oposição — vêm no afastamento de Salazar a única maneira de se evitar em Portugal uma "trágica confrontação de extremismos ideológicos". A censura proibiu a sua divulgação em Portugal."

Ultima Hora

Libertados Maria da Conceição Matos e Joaquim Ribeiro

LISBOA (Do correspondente) — Maria da Conceição Matos, destacada militante anti-fascista, foi posta em liberdade, depois de passar vários anos nas cadeias da PIDE.

A notícia da libertação de Maria Matos foi jubilosamente recebida nos meios anti-fascistas, tendo a mesma recebido inúmeras manifestações de carinho por parte de pessoas conhecidas e amigas. Devido ao seu estado de saúde, e devido à falta de assistência médica adequada enquanto permaneceu na prisão Maria Matos teve necessidade de imediata observação de um médico e de um psiquiatra. A libertação de Maria Matos resulta em grande parte dos esforços desenvolvidos em seu favor pela opinião pública mundial, por associações operárias e por diversos órgãos de imprensa internacional.

Com senhor ou sem senhor, os nomes dos presos políticos estão no coração do Povo

A Censura acaba de proibir os jornais, de designarem por senhores os presos políticos portugueses, antes mesmo de serem condenados.

Parece que não basta aos salazaristas, as torturas, as medidas de segurança, a ameaça de deportação para campos de concentração nas colônias. Não lhes chega encarcerar os presos políticos, maltratá-los, roubá-los ao convívio das famílias. Não lhes chega fechá-los nas masmorras das Fortalezas de Peniche ou de Caxias.

Não lhes basta violar todos os dias os Direitos do Homem, na pessoa dos presos políticos.

Os salazaristas querem obrigar os jornais portugueses a tratar os presos políticos como se fossem criminosos ou cadastrados de delito comum.

Não lhes agrada que o nome dos presos políticos seja antecedido de senhor.

Roubam-lhes a liberdade, roubam-lhes a vida. Só o nome não poderão roubar-lhes. Porque quer os jornais os escrevam com senhor ou sem senhor, o nome dos presos políticos está no coração do Povo — aí onde não há lugar para os senhores censores, nem para os senhores agentes da PIDE, nem para o Senhor Presidente do Conselho.

No coração do Povo Português, os nomes dos presos políticos, são sempre antecidos da palavra irmão.

E o Povo trata-os por tu, que é como costuma tratar os seus irmãos.

(transmitido pela «VOZ DA LIBERDADE».)

Segundo informações recebidas do Porto, foi também restituído à liberdade, o democrata Joaquim Ribeiro, detido em julho juntamente com outros anti-fascistas e submetido a bárbaras torturas pelos agentes da PIDE. Na origem da decisão da PIDE de libertar Joaquim Ribeiro parece estar o seu precário estado de saúde, devido às violências sofridas no cárcere. A PIDE receria que o mesmo viesse a morrer na prisão, resolvendo, através desse expediente, fugir à responsabilidade que lhe caberia em tais circunstâncias. Joaquim Ribeiro, segundo informações da mesma procedência, encontra-se hospitalizado com a saúde gravemente abalada.

APÊLO DA COMISSÃO CANADIANA PRÓ- ANISTIA EM PORTUGAL

A Comissão, desejando minorar o sofrimento das famílias dos presos políticos portugueses lançou, para as festas de 1966, um apêlo no sentido de se enviar a cada família a importância de 5 dólares, para a Ceia de Natal. Qualquer donativo pode ser enviado para a sede da Comissão: 765, Queen St. West, Toronto, Canadá. A Comissão resolveu também levar a cabo o projeto, aprovado durante a Conferência, da adoção de famílias de presos por parte das pessoas interessadas. A lista das famílias pode ser obtida escrevendo a Mrs. Edith Guild, 19 Admiral Road, Toronto, Canadá.

FORA COM OS ALEMÃES

LISBOA (Do correspondente) — Recentemente transitou pela ponte de Vila Franca de Xira, com destino à base aérea de Beja, uma coluna de 19 veículos militares alemães formada por: 10 caminhões blindados "MAN" com reboque (portadores de mísseis); 3 caminhões "MAN" com reboque; um caminhão Mercedes com reboque; uma ambulância; um caminhão Mercedes Unimag; um caminhão "MAN" com guindaste; uma camioneta VW conduzindo um oficial alemão. Na entrada da ponte, outro oficial germânico mandava parar os veículos civis para dar passagem às unidades da nova Wehrmacht, enquanto fazia anotações num pequeno bloco. Vem a propósito lembrar que estão proibidos vãos de aviões nacionais, civis ou militares, sobre o espaço da base alemã de Beja.

Fatos como estes mostram até onde vai a alienação da soberania nacional e reforçam a necessidade

de se ampliar, por todos os meios, a luta contra a presença de tropas alemãs em Portugal. Assim, ganha cada vez mais sentido e torna-se cada vez mais necessária a palavra de ordem "Fora com os alemães"!

FOR AMNESTY IN PORTUGAL

PUBLIC MEETING

CHAIRMAN
PIERRE
BERTON

CARPENTERS
HALL
169 GERRARD ST. E.
Friday, Oct. 28
8 p.m.

Clichê comemorativo da Conferência de Toronto pela anistia em Portugal.

PORTUGAL DEMOCRÁTICO
R. Cons. Furtado, 191 — Sp. Brasil
Endereços de Assinantes